

Defender a Profissão de Professor

# MANIFESTAÇÃO NACIONAL

**11 FEV. 15H00**

MARQUÊS DE POMBAL



---

**Contagem de todo o tempo de serviço**

---

**Abolição das quotas e das vagas**

---

**Vinculação dos Contratados com 3 anos de serviço**

---



SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

Dossier

A PROPÓSITO DO 6º CONGRESSO



## LEITURAS

Marques, Fernando Pereira

«**Quem Manda...**»:

**Nacional-Salazarismo e Estado Novo, vol. 2**

Lisboa, Gradiva, 2022.

Depois de ter caracterizado política e ideologicamente o nacional-salazarismo (ver El, outubro 2022), Fernando Pereira Marques debruça-se, neste segundo volume, sobre os dois grandes pilares de sustentação do autodesignado “Estado Novo”: o pilar teocrático e o pilar castrense.

A hierarquia eclesiástica não foi um poder moderador da ditadura salazarista, mas, pelo contrário, seu principal cúmplice. Tal como Salazar, o cardeal-patriarca Cerejeira, colega de seminário, defendia que “na vida social, a liberdade não subsiste sem autoridade” (p. 35). “Ungido de Deus”, o ditador considerava-se investido de uma “missão providencial” ao serviço da Nação. No entanto, recusou que a invocação a Deus figurasse no preâmbulo da Constituição de 1933. Não sendo um regime confessional, o Estado Novo não era, porém, um regime laico, já que tinha como objetivo a “re Cristianização” do país. Tal implicava, antes de tudo, a omnipresença da Igreja em todos os setores da vida social, de que se destacavam o ensino e a imprensa escrita, com o tristemente célebre *Novidades*, jornal do

regime, e radiofónica com a Rádio Renascença. O catolicismo de Salazar era um catolicismo tradicionalista, trentino, que se recusou a reconhecer que os católicos se pudessem organizar em partido político e participar em “atividades culturais, profissionais e sociais” (p. 29). Este não reconhecimento começou a ser contestado pelo padre Abel Varzim, fundador do jornal *O Trabalhador*, que foi deputado à Assembleia Nacional e mais tarde oposicionista ao regime. Mas é sobretudo o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, a acusar o corporativismo de “espoliar os operários do direito natural de associação” (p. 53). O prelado defendeu também a autonomia política dos católicos e criticou magistralmente a versão portuguesa do nazista *Führerprinzip*, o princípio do Chefe, a concentração e a personalização do poder encarnadas em Salazar. Tal valeu-lhe o exílio em 1959. As relações de Salazar com o exército foram bem mais atribuladas do que com a Igreja. A sua tática baseava-se em duas componentes: por um lado, a exaltação das virtudes guerreiras dos militares; por outro lado, a defesa da sua despolíticação como forma de os neutralizar. Em 1933, Humberto Delgado, futuro opositor do salazarismo assassinado pela PIDE, defendia que “o exército tem que ser apolítico”. No entanto, apesar da cumplicidade da hierarquia militar, Salazar nunca conseguiu verdadeiramente afastar os militares da política, como o provam as diversas revoltas e pronunciamentos militares que marcaram o regime desde os seus inícios. Basta pensar no chamado “reviralismo”, de que se destacam a revolta da Madeira em maio de 1921, uma insurreição em Lisboa em 26 de agosto do mesmo ano com mortes e feridos, o pronunciamento de 1959, em que participou o capitão da marinha mercante e ativista católico Manuel Serra. Em 1957, o Presidente da República, Craveiro Lopes, antecipou-se a Humberto Delgado chegando a defender a substituição de Salazar. Com o mesmo objetivo, no início da guerra colonial, um movimento liderado pelo ministro da Defesa, Botelho de Moniz, coadjuvado pelo ministro do Exército Almeida Ferraz e o subsecretário de Estado Costa Gomes, futuro

Presidente da República do regime democrático, contestou a intransigência salazarista relativamente às colónias. É precisamente Costa Gomes que, em entrevista ao *Diário Popular* em 19 de abril de 1961, defende que o problema angolano e das colónias “não é um problema simples, mas um complexo de problemas do qual o militar é uma das partes, que está longe de ser a mais importante”. Treze anos depois, o artigo 8 alínea a) do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) reconhece que “a solução das guerras no Ultramar é política e não militar” e na alínea c) do mesmo artigo preconiza “o lançamento de uma nova política ultramarina que conduza à paz”.

Na conclusão da obra o autor caracteriza em traços largos a natureza do regime. Diferentemente do fascismo italiano e do nazismo alemão, o Estado Novo não pode ser considerado um regime ‘reacionário de massa’, pois a União Nacional não existia para mobilizar as massas, que Salazar desprezava e também receava, mas como um instrumento de enquadramento do pessoal político e da elite dirigente do regime. O salazarismo utiliza, porém, os mesmos métodos dos regimes homólogos italiano e alemão: abolição do pluralismo político, censura, tortura, perseguição dos opositores, assassinio, como aconteceu com Humberto Delgado. Especificamente, trata-se de uma “utopia reacionária” (p. 153) ou arcaizante que condena a urbanização e a formação de um proletariado industrial, um “totalitarismo à portuguesa” (p. 162), em que predominavam o medo e a delação generalizada (os informadores da PIDE eram dezenas de milhares, na melhor das hipóteses). Ninguém melhor que Eduardo Lourenço, citado pelo autor, define o regime que governou Portugal durante 48 anos: “«O fascismo português» foi qualquer coisa de ‘profundo’, de intimamente ligado por todas as fibras do nosso itinerário histórico a toda uma estrutura arcaizante da sociedade portuguesa, qualquer coisa de ‘orgânico’, para empregar uma das ‘categorias’ do próprio sistema” (p. 162).■

Joaquim Jorge Veigunha



## Este é o tempo de lutar

**N**o dia 20 de janeiro, milhares de docentes exigiram, à porta do Ministério da Educação, RESPEITO, enquanto lá dentro decorriam as reuniões com as estruturas sindicais. Esta expressiva e ruidosa presença deu, também, um significativo respaldo aos dirigentes sindicais que lá dentro tentavam que esta equipa ministerial que tutela a Educação (e que não disfarçou o incómodo com o ruído de fundo) percebesse que os professores não vão desistir de exigir a valorização da sua profissão. Tal implica a resolução dos inúmeros problemas que ao longo dos anos tanto desvalorizaram a carreira, a profissão e a Escola Pública.

E foi isto que os professores ali disseram:

O único critério para contratar e vincular docentes é a lista que os ordena pela sua graduação profissional;

Exigem a criação de condições de atratividade para a sua profissão;

Exigem a contagem integral de TODO O TEMPO DE SERVIÇO trabalhado e não contado para efeitos de carreira;

Exigem a extinção das vagas na progressão e das quotas na avaliação;

Exigem a eliminação total da precariedade laboral na profissão;

Exigem a aprovação de um regime específico de aposentação que permita, ainda, o rejuvenescimento da profissão docente;

Exigem o respeito pela legalidade dos seus horários de trabalho.

No entanto, o documento com as propostas de intenção que o ministro apresentou nesta reunião está muito longe de merecer qualquer acordo. Aliás, se de facto o termo CIM (Comunidade Intermunicipal) desaparece, os “novos” 63 QZP propostos, aparecem numa lógica de Mega ou Hiper agrupamentos, onde Conselhos Locais de Diretores farão a gestão das colocações das necessidades transitórias.

O documento não dá, também, nenhuma resposta às questões que constam da Proposta Negocial que a FENPROF apresentou, na reunião de 8 de agosto. Nem uma linha sobre a Recuperação do Tempo Serviço em falta e nada, também, em relação à eliminação do perverso sistema de quotas e de vagas, que bloqueia o acesso de milhares de docentes a alguns dos escalões da carreira. Nada sobre o assegurar de condições de trabalho dignas e nada, também, sobre medidas que permitam rejuvenescer a profissão e antecipar a aposentação.

Face a isto, o caminho só pode ser continuar a luta, continuar a greve nacional por distritos, que tem tido taxas de adesão superiores a 95%. Milhares de docentes têm-se concentrado nas principais praças das capitais de distrito, dando a esta greve uma expressão de rua muito significativa.

No dia 11 de fevereiro, milhares de docentes descerão a Avenida da Liberdade até ao Terreiro do Paço, exigindo, mais uma vez, a resolução dos seus problemas, que passam pela dignificação e a valorização da carreira.

Logo a seguir, os professores decidirão como continuar a luta, com a certeza de que ela só poderá parar quando houver uma vontade genuína de resolver os problemas que tanto nos afetam.

**Porque não toleramos mais estas atitudes.**

**Porque exigimos RESPEITO.**

**Este é o tempo de lutar.**



ficha técnica:

**Diretor:** José Feliciano Costa .**Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguinha, Carlos Leal **Redação:** Lúcia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas) . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha . **Fotos:** Joana Rodrigues . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lúcia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A.. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



## 2 Sugestões

## 3 Editorial

## 5 Dossier

A propósito do 6º Congresso

## 20 Cidadania

Quanto mais ricos melhor...

## 21 Esperançar é preciso, lutar é imprescindível

## 23 Escola Professores

23. Janeiro de 2023: Um mês de intensas lutas

25. Discutir as “Propostas” entregues no dia 20 de janeiro

## 27 Uma proposta de leitura de *caderneta de lembranças*, de a. m. pires cabral, Tinta da China, 2022

## 30 Jornadas Pedagógicas de Lisboa 2023

## 31 Aos Sócios

## 35 Consultório Jurídico

Reserva de recrutamento

**Uma das matrizes do SPGL e da FENPROF é a capacidade de articular e fundamentar as reivindicações sindicais no conhecimento pedagógico e científico disponível e atualizado. Trata-se, no fundo, de operacionalizar uma velha consigna que orientou a nossa atividade sindical desde 1974: “nada do que diz respeito à Educação é estranho ao sindicato”.**

# A arte de negociar

Ser dirigente sindical exige saber negociar com quem tem o poder, seja o poder do capital seja o poder político. Só não se negocia em momentos de revolução ou de total falta de poder para isso.

Saber negociar é ser capaz de perceber as reivindicações essenciais (as que dizem respeito à maioria dos trabalhadores ou que, em dado momento, são por eles mais sentidas), mas também perceber o que pode ceder-se, porque todas as negociações sindicais assentam neste jogo de mútuas exigências e mútuas cedências. Os sindicalistas de “todos os dias”, durante anos, “sabem” desta arte de negociar como meio de defender quem trabalha; os sindicalistas “de fogacho” discursam sobre o “tudo ou nada”, que, em regra, se traduz em nada.

Os professores, com as lutas variadas que travaram, ganharam um forte poder negocial. As reivindicações são tidas como legítimas pela população (mesmo quando ela sofre as consequências das greves e manifestações) e pelos atores políticos mais diversos. Porque sentem essa força, os professores estão expectantes. A “arte de negociar” não pode trair as expectativas.

O desejo de união é vivido pelos docentes, independentemente das suas posições ideológicas e sindicais. Mas essa união não é compatível com manobras de divisão (por exemplo, a convocação de uma manifestação para escassos dias anteriores a outra já convocada) nem com os insultos, as mentiras, os apelos à dessindicalização, que jorram nas chamadas “redes sociais”, quase sempre a coberto de confortáveis anonimatos sem que o sindicato que os potencia deles se demarque.

Os tempos que se aproximam exigem coragem racionalizada, mas não voluntarismos sem suporte na realidade.■

Miguel André

# 6º CONGRESSO SPGL

9 E 10 DE FEVEREIRO DE 2023

## Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº302 janeiro 2023

### ■ A propósito do 6º Congresso

O SPGL fará em breve 49 anos. Por ele passaram professores e educadores que dedicaram parte do seu tempo à luta pelos direitos dos docentes e por uma escola de qualidade para todos. O seu trabalho é continuado por dirigentes mais jovens, cuja garra e formação garantem o futuro do sindicato. O Congresso é sempre um momento de revisitar o que foi feito e programar o que há que fazer. Por isso pedimos a dirigentes do SPGL de diferentes “gerações” e de diferentes setores que escrevessem sobre a sua experiência e a sua aposta. São essas vivências que constituem este dossiê. ■

# Este coletivo tem futuro

• **Branca Gaspar**

Dirigente do SPGL . Ensino Secundário |



No decorrer de toda a minha atividade profissional estiveram inerentes o conhecimento, a prática e a partilha dos respetivos direitos e deveres; e apesar da atividade de professor ser muito individual na procura de conhecimento para as atividades letivas, ela é, no entanto, também fruto de todo um trabalho colaborativo muito diverso - entre outras coisas as diversas legislações, programas, conceitos, etc. a que estamos sempre sujeitos. Deste modo, só em contacto com os colegas e de forma diversificada conseguimos encontrar a solidariedade necessária para, em conjunto, defendermos e lutarmos pelos interesses quer dos professores, quer dos alunos, quer da escola pública em que exercemos a nossa profissão.

Foi no SPGL que, a partir de simples sócia, comecei a despertar para o conhecimento profundo da profissão docente e da responsabilidade da participação nas lutas, nos seminários, nas formações, nas discussões sobre tudo o que está inerente à atividade docente e à escola e a aumentar o meu conhecimento sobre todas as questões sindicais inerentes à vida de um professor.

Foi no SPGL que, com o seu projeto plural e de aceitação do outro e das suas diferenças, entendi que não há só um pensamento, mas sim diversas formas de estar e de pensar que poderão ajudar a alcançar o mesmo fim. Ajudou-me a refletir cada vez mais e contribuir, de algum modo, para a construção de uma sociedade mais justa, igual e equilibrada onde todos sejam iguais. Tornou-se fundamental participar nas atividades sindicais - quer reivindicativas, quer de aprendizagem cultural e cívica, quer mesmo de relação com todos os colegas que têm em comum alunos a quem se ensina e ajuda a formar futuros cidadãos.

A vida sindical não está dissociada da vida pessoal de cada sindicalista. Ela faz parte integrante do seu dia-a-dia, dependendo muito das responsabilidades que se abraçam. Mas entre as aulas e o trabalho sindical há muito a fazer e muitas das horas gastas numa e outra atividade roubam tempo às horas da vida pessoal que serão eventualmente compensadas pela realização individual e pelas conquistas que se vão conseguindo alcançar.

Aqui nada é linear nem a preto e branco. Há que questionar sempre e levantar todas as questões e dúvidas e aprofundar todos os

conhecimentos e estudar todos os projetos e todos os diplomas...

Ser sindicalista e sindicalista no SPGL é um grande privilégio mesmo com tantas horas pessoais gastas em prol desta comunidade de professores à qual pertencemos. Foi com orgulho que aceitei ser convidada a fazer parte da lista da direção que se ia candidatar; mas com muito receio de não conseguir corresponder ao que sabia ser de grande responsabilidade nessa nova fase da minha vida.

Destaco como momentos de grande tensão algumas eleições disputadas por mais do que uma lista, nas quais alguns elementos da lista opositora demonstravam total desconfiança em relação ao trabalho desenvolvido, sem fundamentação efetiva, mas ao mesmo tempo enfrentando com grande serenidade, consciente do trabalho cumprido com rigor e transparência.

O SPGL é um sindicato de grande prestígio ao qual tenho o maior orgulho de pertencer e atualmente de fazer parte da sua direção. Penso ser importante um maior destaque e visibilidade do seu presidente. Este coletivo tem futuro.

Outros virão que continuarão o seu rumo. ■

# Desde o primeiro momento, senti-me apoiada pelo meu sindicato

• **Paula Rodrigues**

Dirigente do SPGL . Ensino Secundário

**N**o início da minha carreira, a minha ligação com o SPGL surgiu através do Serviço Jurídico.

Iniciei funções como professora em 1990 e, em 1993-1994, com a licenciatura e a formação profissional no Ramo Educacional, inscrevi-me como sócia do SPGL e recorri ao Apoio a Sócios e ao Serviço Jurídico, onde fui apoiada pela Dra. Fátima Anjos. O meu processo foi levado a tribunal e, em 1995, este deu-me razão e, posteriormente, foi criado um novo índice salarial para os docentes contratados que tinham as mesmas habilitações que eu.

Em 1994, começou o meu envolvimento, com a presença em reuniões sindicais e com o apoio numa mesa de voto para as eleições no SPGL na escola onde me encontrava.

Desde o primeiro momento, senti-me apoiada pelo meu sindicato e percebi que sozinha nunca teria conseguido atingir o meu objetivo e verifiquei que, graças à minha persistência e do sindicato, foi possível fazer justiça. Assim, quando a Isabel Gaspar me convidou para ser delegada sindical, por volta de 2007/2008, aceitei este desafio, tal como concordei em integrar a lista para a direção 2009-2012. A partir desta data, fui dirigente do sindicato e exerci diversas funções do SPGL no triénio.

A possibilidade de ouvir os colegas, de contribuir para a construção da estratégia sindical, de divulgar a informação e mobilizar para ações reivindicativas são o cerne do meu trabalho. A solidariedade e camaradagem, o debate de ideias, as reuniões, os congressos, as concentrações e manifestações muito participadas, assim como todos os momentos em que, com a nossa ação, conseguimos prevenir situações problemáticas e resolver as que surgem, constituem fatores mobilizadores para continuar, completamente convicta da justiça da nossa causa e disponível para ajudar outros colegas que, como eu o fiz, pedem apoio ao SPGL. ■



# Para memória futura

• Joaquim Jorge Veiguinha

Dirigente do SPGL. Ensino Secundário

O Congresso do SPGL suscita a este «velho» dirigente desta casa comum do sindicalismo docente português algumas reflexões sobre o seu percurso sindical que gostaria de partilhar com todos e todas que me acompanharam nos meus cinco (ou seis?) mandatos. Começamos pelas boas notícias, pois é melhor que as más fiquem para o fim.

Momento fundamental e de grande relevância para mim enquanto dirigente sindical foi indubitavelmente o período histórico em que nós, SPGL, marcámos a diferença: o reforço da democratização do SPGL através de uma revisão de estatutos que consagrou o direito à constituição no seio da direção de correntes sindicais, bem como, complementarmente, a sua «desblindagem», pois estes estavam formatados para favorecer a constituição de candidaturas ou listas únicas nas eleições para a direção do sindicato. Esta alteração de fundo contribuiu para reforçar a debate e o confronto de opiniões no seio de um SPGL renovado que não pôs em causa a unidade na ação, mas deu um importante contributo para a intensificação da capacidade de mobilização nos tempos difíceis que corriam.

Eram os tempos da ministra Maria de Lurdes Rodrigues e das suas medidas, algumas das quais passaram para a posteridade, em criar professores de primeira, os chamados «professores titulares», e «os filhos de um “deus menor”, os professores não titulares. Lembro-me que foi nesta altura que atingi provavelmente o pico do meu percurso sindical e reconheci que o movimento sindical continua e continuará a ser o principal baluarte da defesa dos professores. Prova

disso, só para citar um exemplo, foi uma reunião que o meu colega Mário Santos, ex-dirigente desta casa comum, e eu, em representação do sindicato, convocámos numa escola da Póvoa de Santa Iria no célebre dia D da mobilização contra as medidas do Ministério de Maria de Lurdes Rodrigues: às 9h da manhã tínhamos toda a escola, todos os professores na reunião com a consequente interrupção das aulas. Senti verdadeiramente que é nestas alturas que vale apenas ser dirigente sindical e se sente verdadeiramente, sem subterfúgios, a enorme força do movimento sindical docente democrático.

Eis que, hélas!, chegou a vez das notícias más. Lamento que estas surjam hoje no crepúsculo do meu percurso em que o movimento sindical docente se encontra numa encruzilhada. Quando vejo apelos explícitos à dessindicalização na base do típico (ou será atípico tendo em conta que quem o profere não sabe ao certo o que está a dizer) argumento de que «os sindicatos não servem para nada»; quando oiço alguns, que se consideram sindicalistas, apelar às bases para ataquem os sindicatos e comecem a decidir o seu destino «livremente» e, «last but not least», quando vejo professores a quotizarem-se para, é o termo adequado, «aliciar» auxiliares da educação para fecharem as escolas e assim fazerem uma greve sem ou com muitos menores custos para eles próprios, chego a duas conclusões que talvez se complementem: a primeira é que a sanidade mental infelizmente de muitos talvez não seja a melhor, tendo em conta as intoleráveis condições de trabalho e o facto de serem tratados desprezivelmente – «Perdi os professores, mas ganhei a opinião pública», lembram-se? – pelos sucessivos ministérios; a segunda é

um oportunismo inaceitável, com o qual nunca pactuarei mesmo que a demência em curso atinja, como está atingir, proporções colossais, mesmo tendo em conta que, ao contrário do período de Maria de Lurdes Rodrigues, a chamada opinião pública esteja aparentemente a reconhecer a justiça da luta dos professores, o que, porém, me suscita uma grande desconfiança porque o que está em causa é o futuro do movimento sindical docente com a difusão dos apelos à dessindicalização que circulam nas redes sociais. Uma coisa é certa: no dia D que referi não precisámos de aliciar auxiliares da educação para termos os professores em peso a assistir à reunião sindical que precedeu a grande manifestação que se realizou logo a seguir.

Um das considerações finais sobre a minha relação já de longa data – antes de ser dirigente fui ativista e delegado sindical – com o SPGL. Lev Tostói, quando era ainda muito jovem, dividia a humanidade em dois grupos: os que tinham uma atividade – escritor, artista, carpinteiro, professor, operário funcionário público, etc. – e o dele que vivia do trabalho alheio, mas se demarcava do primeiro por ser «un homme comme il faut» (um homem como deve ser). Interrogado pelo Criador no outro mundo sobre o que tinha feito no decurso da sua vida, o que responderia? «Bem eu realmente nunca fiz nada», mas «je fus un homme très comme il faut». Eu, pelo menos poderei dizer: realmente nunca fiz grande coisa, mas fui dirigente do SPGL, um sindicato pluralista e democrático que sempre se envolveu de corpo e alma na defesa dos direitos de todos os professores, mesmo na defesa dos que hoje fazem questão de afirmar com uma espécie de orgulho que nunca quiseram sindicalizar-se. ■

# Momentos mais significativos da minha vida sindical

• João Cunha Serra

Dirigente do SPGL . Ensino Superior

**L**onga de já quase quatro décadas, posso identificar, como me foi pedido, três momentos capitais na minha vida sindical.

O momento mais positivamente determinante foi a forma como me envolvi com outras camaras na organização, em 1995, no último ano das maiorias absolutas da era cavaquista, de uma greve aos exames finais do ensino superior, incluindo as provas específicas para o ingresso nas universidades e politécnicos públicos. Lutávamos então pela valorização salarial das carreiras docentes do ensino superior.

A característica distintiva desta luta foi a sua direcção ter sido igualmente repartida por três sindicatos e uma componente inorgânica, designada por Comissões de Docentes e Investigadores. Entre as organizações sindicais, encontrava-se a FENPROF, cujos sindicatos se encontravam associados à CGTP; o SNESup que não tinha ligação a qualquer central sindical; e o SINDEP que era filiado na UGT.

Formou-se uma comissão coordenadora de 4 membros: um representante de cada uma das três organizações sindicais e um da componente inorgânica. A luta foi realizada num ambiente irrepreensível de unidade, com igual protagonismo das 4 componentes, tendo impedido a realização de um grande número de provas até ao início de agosto, altura em

que se decidiu suspendê-la para não prejudicar demasiado as férias dos estudantes e das suas famílias.

Constituiu um excelente exemplo de que, embora tendo um êxito assinalável, há lutas que só atingem os seus fins mais tarde, graças aos ecos que se mantêm. O governo que se seguiu – o primeiro de António Guterres – executou a revalorização salarial que era reclamada pelo movimento.

Algo de semelhante ocorreu no processo de revisão dos estatutos das carreiras docentes, a partir do momento em que o ministro Mariano Gago se recusou, em 2009, a aceitar um regime transitório para a entrada na carreira dos docentes equiparados do Politécnico. Só em 2017, oito anos volvidos e após uma luta persistente, foi aprovada a última alteração legislativa que fechou o processo e permitiu a integração automática de todos quantos, à data da revisão, estavam contratados a prazo, em regime de tempo integral ou de dedicação exclusiva, e obtivessem a qualificação indispensável: o doutoramento, ou o título de especialista. O corpo docente do Politécnico fortaleceu-se e qualificou-se.

O momento mais negativo que vivi terá sido a aprovação, em 2007, do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), que concentrou os poderes em órgãos unipessoais (reitores, presidentes e diretores), eliminou órgãos deliberativos e reduziu drasticamente o número

de membros dos que permaneceram, que deixaram de ser representativos da participação de professores, estudantes e trabalhadores técnicos e administrativos na gestão democrática, ofendendo o princípio da colegialidade. A FENPROF opôs-se a este diploma, mas não conseguiu evitar a sua aprovação. O RJIES tem tido até hoje efeitos muito perversos a que importa pôr fim com a sua avaliação e a sua revisão.

Determinante para o futuro do SPGL, quanto ao departamento do ensino superior e investigação, na medida em que a renovação e o crescimento do número de sócios deste sector são vitais, foi o momento - que durou 5 anos - da luta pela vinculação estável dos investigadores contratados a termo certo, ou incerto, e dos 'falsos' docentes convidados, que a FENPROF desenvolveu, entre 2017 e 2022, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP). Os investigadores e os docentes que obtiveram parecer favorável foram uma pequena minoria dos que recorreram ao programa, pouco passando dos 10%. Ficou, no entanto, sinalizada a direcção que a luta deverá tomar daí para a frente, com base na experiência adquirida numa batalha da qual depende a renovação dos corpos de professores e de investigadores das instituições de ensino superior, cuja média etária é muito elevada. ■

# (Des)encantos de um sindicalista em construção

• André Carmo  
IDESI-SPGL I



O sindicalismo é uma atividade paradoxal. Ao mesmo tempo que encerra em si momentos de grande entusiasmo e até alguma euforia, implica também momentos de desânimo, frustração e desalento. Cinco décadas de hegemonia neoliberal geradoras de enormes ressentimentos, de um individualismo exacerbado, da ascensão de messianismos de extrema-direita e do aprofundamento de clivagens e desigualdades sociais e económicas, transformaram profundamente a consciência social relativamente ao valor do trabalho e ao papel dos sindicatos na sociedade. Mas não tenhamos ilusões, sem eles, a exploração seria maior, os salários mais baixos, o tempo roubado à vida ainda mais difícil de aceitar. Este é o enquadramento geral em que, de 2015 em diante, tenho desenvolvido atividade sindical, ao qual acrescem as particularidades e idiosincrasias próprias do sindicalismo no ensino superior e na investigação.

Um dos processos de luta em que estive envolvido reflete as contradições e paradoxos que elenquei ao abrir este texto, correspondendo, simultaneamente, ao momento mais exaltante da minha experiência sindical, mas também a um dos seus pontos mais baixos: refiro-me ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração

Pública (PREVPAP). Fruto de uma conjuntura política inaudita e, possivelmente, irrepitível, que viria a ficar conhecida como “geringonça”, o PREVPAP foi criado para resolver e/ou mitigar o problema da precariedade laboral. O diagnóstico que lhe deu sustentação permitiu identificar um amplo e diversificado leque de situações de trabalho precário na Administração Pública que exigiam resolução. Mais de 100 000 trabalhadores precários foram identificados.

Junto dos investigadores e docentes precarizados, o clima era de expectativa e entusiasmo: seria desta que a estabilidade laboral que ambicionavam se concretizaria? Seria agora que tantos anos de trabalho, dedicação e empenho seriam finalmente reconhecidos? Do lado das instituições de ensino superior e das suas entidades representativas – CRUP e CCISP – era sobretudo uma enorme apreensão aquilo que deixavam transparecer. Que custos teria este processo para as instituições? Seriam estas obrigadas a aceitar docentes e investigadores sem que se realizasse um concurso público internacional? As várias forças em presença organizaram-se em torno dos seus interesses e o quadro institucional estava armadilhado. Ainda assim, existiam brechas e a luta pela inclusão de investigadores no PREVPAP, por exemplo, saiu vitoriosa. Isso permitiu ampliar o leque de trabalhadores precários

abrangidos pelo programa. Uma conquista saborosa.

No âmbito do Ensino Superior e Investigação, a FENPROF participou nas Comissões de Avaliação Bipartida em representação da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, juntamente com a Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos e a Frente Sindical, representantes dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, das Finanças, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e das diferentes Instituições de Ensino Superior existentes em Portugal. Regra geral, os sindicatos ficaram isolados nas votações, dado que, no caso das carreiras especiais docentes e de investigação, o alinhamento entre a posição das instituições e dos representantes do governo era quase total. Ao longo de largos meses, o desgaste causado pela participação em centenas de reuniões, quase sempre com o mesmo desfecho, fez-se sentir, diminuindo a nossa capacidade de dar resposta a outros problemas laborais não menos importantes como, por exemplo, a necessidade de valorização das carreiras e de democratização das instituições de ensino superior. Ao mesmo tempo, cresceram muito o conhecimento e a compreensão dos intrincados meandros do sistema científico e tecnológico nacional.

No final de contas, cerca de 400

docentes e investigadores precarizados viram a sua situação laboral regularizada. Centenas de colegas que ampliaram o seu leque de direitos, que viram reconhecido o seu contributo para o desenvolvimento das instituições, que conquistaram maior dignidade para si próprios. Cada um deles fez a luta valer a pena e muitos fizeram questão de o demonstrar, enviando mensagens de agradecimento ou sindicalizando-se no SPGL. Contudo, para muitos outros, demasiados outros, o PREVPAP não passou

de uma expectativa defraudada, um logro. O sabor amargo da derrota não deixou de se fazer sentir, uma importante lição para o futuro.

No plano do Ensino Superior e Investigação, o futuro do SPGL passará sempre, irremediavelmente, pela presença constante e atuante nas múltiplas frentes de luta existentes. Na atual legislatura, o diálogo e a luta em torno de um protocolo negocial cujos termos se encontram a ser negociados entre a FENPROF e o MCTES, serão decisivos. A

participação ativa no processo de avaliação e revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, que tanto contribuiu para a erosão democrática das instituições, será outra frente de luta importante. Para além destas, a necessidade de envolver mais colegas no sindicalismo é uma luta quotidiana. Só assim o SPGL terá as forças e a vitalidade de que necessita para enfrentar o futuro com confiança e otimismo. É para isso que cá estamos. ■

# Participar e lutar Pela defesa da escola pública, por melhores condições de trabalho e por direitos laborais

• **Albertina Pena**

Dirigente do SPGL. 1º Ccld

**A** cidadania implica o exercício da participação. Assim sendo, participar no trabalho sindical e a inerente incorporação num movimento coletivo, para além de ser enriquecedor enquanto experiência social e humana é também um dever que assenta na defesa de uma escola pública de qualidade e democrática.

A escola pública alicerça-se também nas condições de trabalho e nos direitos laborais dos seus profissionais e será tanto melhor quanto os direitos de quem nela trabalha sejam respeitados. Os e as professores/as precisam de tempo para ser professores/

as com tudo o que isso implica: valorização salarial, acesso à cultura e estabilidade, para que se consiga ter tempo para o que é o cerne da questão: a atividade letiva.

O trabalho sindical é uma força coletiva, reivindicativa e propositiva. Dele advêm ações e lutas que levam à melhoria das condições de vida dos/as professores/as nas escolas. Num percurso de acção/reflexão, os/as professores/as tiveram que lutar pela aprovação de um estatuto de carreira e pela dignificação e valorização das carreiras a vários níveis: em termos salariais, pela paridade com as carreiras superiores técnicas, pela valorização social, contra a divisão na carreira, pela

contagem integral do tempo de serviço, pelo descongelamento das carreiras, mas também por horários de trabalho dignos, entre outros. E, para o sucesso das aprendizagens, não é alheio às reivindicações a constante exigência da diminuição do número de alunos por turma e a preocupação em dotar as escolas com mais recursos humanos e materiais. Sem esquecer a maior participação da comunidade educativa e dos docentes, em particular através de um modelo de gestão democrático, a diminuição da burocracia, o respeito pelos horários de trabalho, uma avaliação formativa e justa são, entre muitas outras, reivindicações que dignificam a profissão.



### Momentos determinantes da vida sindical

Assim, parece determinante na vida sindical o trabalho coletivo, a partilha, o trabalho nas escolas com os/as colegas nomeadamente para a construção de propostas, de reivindicações necessárias para a melhoria das condições de trabalho e para a melhoria das aprendizagens, assim como a participação no trabalho e nas decisões da vida das escolas. Momentos determinantes são aqueles em que persistimos na defesa dos direitos e lutamos pelo fim das propostas que em nada dignificam a escola pública e os seus profissionais. Num rápido vislumbre, alguns desses momentos foram: a luta contra o desemprego docente, a luta pelo fim da PACC, a luta pelos horários de trabalho, o fim da BCE, a luta pelo fim dos exames no 4º ano de escolaridade, a luta e reflexão em torno da medicalização das crianças, a luta por uma verdadeira educação sexual nas escolas, a luta contra a burocracia e contra uma escola que vive de processos administrativos e não letivos, a luta continuada pelo fim de um modelo de gestão que não é democrático, e a luta para acabar com o processo de municipalização. O trabalho de formação, as aprendizagens que decorrem de formações formais, informais através dos debates e da partilha de ideias, da plurali-

dade das ações e das vivências, de que se alimenta a experiência que a reflexão pode tornar em conhecimento.

### Momentos mais negativos da vida sindical

Como momentos a melhorar e considerados menos positivos, podemos referir: as dificuldades no envolvimento dos professores nas ações e lutas, na vida do sindicato, na melhoria do trabalho coletivo e em equipa. O trabalho nas escolas, a participação dos/as professores/as e a consequente partilha em todas as esferas da vida sindical são fundamentais para muito do êxito das ações. O crescente alargamento da participação pressupõe uma pluralidade que não pode ser apenas um enunciado, ela tem de contar de facto. E, para ter essa prática, esta pluralidade tem de envolver as forças necessárias para a defesa da escola e dos seus profissionais. Ninguém pode ser dispensável.

### Momentos determinantes para o futuro do SPGL

Uma escola activa, participativa e inclusiva não se faz sem um modelo de gestão democrático onde a comunidade educativa e, sobretudo, os/as professores/as têm de ter uma voz activa na tomada de

decisões. Não basta que este princípio esteja plasmado na CRP, na LBSE ou no ECD, é necessário que um modelo democrático de gestão seja uma realidade materializada numa prática diária. Lutar por uma escola democrática faz parte/tem de fazer parte da luta sindical que vê a escola como um meio de aprendizagem da democracia, como um processo de desenvolvimento social de um país democrático. Participar na luta pela democratização da escola pública, mais do que uma atividade cívica é um imperativo de cidadania.

Continuar a defender a valorização da carreira através de aumentos salariais, recuperação do tempo de serviço e melhoria das condições de trabalho por forma a ultrapassar a falta de professores.

Sucessivamente, governo após governo, tem-se apostado na degradação das condições de trabalho na educação, facto que apenas através de sucessivas lutas de docentes associados nos seus sindicatos se tem conseguido contrariar, nomeadamente travando algumas medidas lesivas para a classe e para a atividade docente. Aquilo que se consegue depende também da participação e da adesão dos/as professores às ações de luta, e que é necessário continuar a envolver e a mobilizar.

O futuro deverá incluir a valorização das memórias, do trabalho feito e ele será tão mais profícuo quanto mais inclusivo e diverso for. Pois será nessa diversidade e na abertura que poderá contar com forças para um crescimento que radique nas escolas, nos professores/as e nos/as sócios/as que, com a sua ação e participação, poderão contribuir para a grandeza do sindicato.

O êxito das lutas contribui para a edificação de um sindicalismo autónomo, propositivo e reivindicativo. Um coletivo onde a ação, reflexão e inclusão são fatores essenciais para o crescimento da força sindical que é o SPGL. Numa unidade que se constrói ninguém é dispensável! ■

# Movimentos sindicais e as lutas dos docentes

• **Ana Estela Bernardo**

Dirigente do SPGL. 1º Ciclo

**S**indicalizei-me no primeiro ano de serviço por acreditar que a existência de grupos organizados, com o propósito de defender e preservar direitos, se torna premente quando percebemos que estes podem ser alterados e subvertidos, sem disso nos darmos conta em tempo útil. É um princípio basilar no funcionamento democrático de uma sociedade, ensinado desde cedo na Escola e que repassamos, enquanto docentes, aos que nos sucedem. Os direitos que hoje damos como garantidos são, sem exceção, fruto do empenho e convicção de grupos de pessoas, que persistiram e se dedicaram para lhes dar visibilidade, reconhecimento social e legal em diferentes partes do globo.

Escolhi, de entre tantos na altura, o SPGL por me rever na sensatez da defesa de valores éticos e deontológicos da profissão que abracei, reconhecendo a experiência, conhecimento e domínio dos saberes e dissabores da profissão. Envolvi-me nas iniciativas promovidas em prol da proteção e salvaguarda de uma carreira na qual nem estava ainda integrada e, mais tarde, passei também a fazer parte da estrutura sindical enquanto delegada e depois dirigente, por continuar a acreditar que as estratégias e os meios escolhidos para a defesa das várias matérias justificam os fins sempre que propostos com seriedade. Mesmo discordando de algumas posições, ou não me revendo pes-

soalmente em certas iniciativas pontuais, ao longo de duas décadas e meia na luta pela construção de uma carreira profissional digna, a defesa de interesses comuns e a convicção de estar do lado justo dos acontecimentos, continua a pautar as minhas decisões na vida sindical, tal como, no desempenho da atividade docente.

É com perplexidade que continuo a ter conhecimento da posição de alguns colegas que entendem que os sindicatos (e são tantos!) não existem para defender os interesses e a carreira docente, negando a génese do seu aparecimento. Com o mesmo assombro, verifico a rejeição da necessidade da sua existência enquanto parceiros na grande máquina da Educação e a ignorância de que, por muito grande que seja a representatividade organizada oficiosamente, na retaguarda de grandes acordos se encontra sempre o apoio concertado dos trabalhadores representados em sede própria nas negociações.

Presenciamos um novo momento histórico na defesa dos interesses da Escola Pública. O anterior em que participei, com milhares de docentes nas ruas impulsionados por movimentos diversos, foi em 2008 e alertava para a necessidade de manter o espírito de trabalho colaborativo e de excelência que sempre nos pautou. Disso demos provas públicas inegáveis recentemente, ao entrar nas casas de alunos virtualmente, durante os recentes períodos de confinamento por imposição de medidas

de saúde pública.

Na altura, saímos às ruas 30 mil, 100 mil e 120 mil, por três vezes, de outubro a novembro do ano seguinte, porque considerávamos, com toda a propriedade, que o processo de avaliação proposto pela ministra da época, a concretizar-se, jamais poderia garantir ao país a qualidade de ensino que permita distinguir e premiar aqueles que são os melhores professores, porque nesta carreira, os melhores colaboram para que todos desempenhem funções de forma digna e eficaz. Apesar daquela greve nacional com adesão extraordinária de 94% e das diferentes reivindicações sindicais para a convergência de medidas a implementar na Educação, foram claramente insuficientes os pontos da negociação considerados pelo ME e que se mantêm até à data nas reivindicações sindicais e a Escola Pública, como a conhecemos, foi sucessivamente degradada pelos diferentes governos que se sucederam.

Urge manter a dignidade nas escolas e garantir que os interesses de quem ali trabalha ou estuda não continuem a ser ultrapassados por princípios políticos e económicos duvidosos, relegando o normal funcionamento das instituições e obrigando-o a uma sobrevivência moribunda. Mas, para isso, é necessário não baixar os braços a eventuais deceções, pois as guerras fazem-se de várias batalhas e esta já soma décadas. ■

# Devemos ampliar a significação social das entidades sindicais e da adesão das mulheres ao sindicalismo

• **Paula Santos**

Dirigente do SPGL . Pré-Escolar

**A** minha experiência e sensibilização sindical iniciou-se cedo, no seio da família. O meu pai foi membro ativo do seu sindicato e pertencente à organização da comissão de trabalhadores da sua empresa, logo no pós 25 de Abril. Logicamente isto teve em mim uma grande influência. A importância do sindicato como garante de direitos e deveres, de justiça, equidade e o seu papel fundamental num estado democrático foi para mim algo sempre inquestionável.

Presentemente os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação e fiscalização dos salários, da jornada de trabalho e da legislação social. É graças à ação sindical que a Lei dos Salários é controlada pelos próprios operários. Mais ainda: o papel dos sindicatos é fornecer aos operários alguns meios de resistência na sua luta contra os excessos do capitalismo. Essa luta subsistirá enquanto a redução dos salários continuar a ser o meio mais seguro e mais fácil para o capitalista aumentar os seus lucros, ou seja, enquanto durar o próprio sistema de salário. A simples existência do sindicato é a prova disso: se não lutassem contra a usurpação do capital, diz Engels, para que serviriam? Os sindicatos representaram, nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da disper-

são e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe. Lembremo-nos, porém, que essa influência não significa um vínculo obrigatório entre o Sindicato e um Partido. O que é necessário, isto sim, é que, sendo um local fundamental para a organização operária, os sindicatos devem procurar levar sua luta em consonância com aquela luta política mais ampla de emancipação da sociedade cuja direção é dada pelo partido político. Por um lado, além do seu aspeto institucional, as organizações sindicais transparecem para a sociedade como sujeito coletivo, produtor e catalisador de uma imagem social dos trabalhadores, mobilizador de anseios por mudanças, formador de demandas, constituindo-se como negociador junto a outros atores sociais.

Mas agora, falando como mulher sindicalista, e para reconhecer os desafios como tal, devemos ampliar a significação social das entidades sindicais e da adesão das mulheres ao sindicalismo, não só como uma experiência coletiva, mas também como uma esperança pessoal. No seio de um sindicato cada vez mais representante do género feminino dentro da classe docente, as trabalhadoras priorizam, como ulterior marca da assimetria de género, a disparidade entre homens e mulheres no acesso às instâncias de decisão. É no interior de um raciocínio que tem conseguido evidenciar a visibilidade social da penetração feminina no mercado formal do trabalho que se faz agora presente o interesse de, no in-

terior das organizações sindicais, onde se verifica um progresso da igualdade: repensar o significado da inclusão das mulheres nas instâncias formadoras de projetos reivindicativos. Pensar sobre o modo como as trabalhadoras e os trabalhadores vivem a admissão nos sindicatos, isto é, avaliar como e através de quais custos pessoais o sindicato emerge como experiência que contribui para remodelar as relações sociais de género. Esta reflexão, problematiza a transformação da subjetividade dos indivíduos em relação à mobilização sindical. Que intensidade de engajamento exige a militância sindical das pessoas? Como é que esta militância reorganiza as atribuições e a autoimagem de feminilidade e de masculinidade? A vida familiar, as relações homem/mulher, os valores de referência - a tenacidade, a disponibilidade, a dedicação ao trabalho político, a forte carga emotiva - são todos elementos que muitas vezes podem colocar-se como profundamente transformadores nas vidas das pessoas e profundamente seletivos. O movimento sindical deveria ajudar a detetar em cada prática produtiva os sentidos culturais e sociais criados, promovidos e transmitidos pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Se a nossa classe fosse constituída maioritariamente por homens, todas estas questões e reivindicações pelas quais hoje lutamos existiriam? Esta é a questão que quero deixar na luta sindical que hoje vivemos e que questionamos. ■



# Continuo a acreditar

• **Maria do Céu Garcia Silva**

Dirigente do SPGL . Pré-Escolar

**A**tualmente, vivemos momentos difíceis tanto como professores como dirigentes sindicais.

Depois de 2 anos de pandemia em que o trabalho sindical nas escolas foi particularmente difícil devido às condicionantes pandémicas, com o apoio aos sócios à distância, devido às restrições sanitárias, voltámos às reuniões presenciais nas escolas, às concentrações e manifestações sem limite de participantes.

Apesar de algumas vozes se levantarem dizendo que o SPGL/FENPROF nada fizeram desde 2018, devo acrescentar que, apesar de todas as condicionantes, nunca parámos de reivindicar matérias que estão há anos por resolver, contagem integral de tempo, precariedade, aposentação, a questão dos acessos aos 5º e 7º escalões e ainda as quotas na avaliação de desempenho. Para

quem acordou agora e não olha para trás pode parecer que não se fez nada.

Nas últimas semanas, assistiu-se ao ressurgimento de algumas vozes que se mantiveram caladas durante estes últimos anos, que têm tido um discurso populista, que não apresenta propostas concretas tendo em vista a resolução dos problemas que afetam os professores e a escola pública, que apela à união e faz precisamente o contrário, antecipando iniciativas próprias quando outras já estão agendadas pelo SPGL/FENPROF.

Se isto é UNIÃO... Iremos sobreviver e com a seriedade com que sempre tratamos os professores e os seus problemas, haveremos de ter algumas conquistas.

Mas nem tudo foi mau desde que sou dirigente do SPGL, houve momentos muito gratificantes, desde logo os idos tempos dos anos 90 com as lutas por um Estatuto da Carreira Docente. Era eu uma dirigente recém-eleita e

o primeiro embate foi com um plenário com centenas de professores em Benavente antes da deslocação para o Campo Pequeno, onde nos juntámos às centenas de professores de todo o país, naquele que foi o primeiro grande encontro de professores desde o 25 de abril. Foi aqui que, pela primeira vez, se ouviu o atual Hino da FENPROF “Vamos dar o Rosto ao Futuro”, um momento que não esquecerei.

Recentemente foram as grandes manifestações de 15.000, 25.000, 100.000 e 120.000 professores, no tempo do governo Sócrates e da ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues. Conseguimos nessa altura reverter a divisão da carreira em titulares e não titulares.

Apesar dos reveses que por vezes sofremos, continuo a acreditar no trabalho e nas lutas que desenvolvemos em prol dos professores e na defesa de uma Escola Pública de Qualidade. ■

# A construção de uma Escola para Todos

• **Maria Jorge Marchantinho**

|Ensino Especial|

Dossier

A propósito do 6º Congresso

**O** decidir aceitar o desafio de escrever umas linhas enquanto pertencente à geração >65 do sector de Educação Especial no SPGL fez-me recordar tempos ricos em experiência e aprendizagem. Tempos de amizade e camaradagem. Um tempo em que vimos abrir-se o caminho para a construção de uma Escola para Todos, o mes-

mo que continuamos a percorrer com avanços e recuos.

De docentes em destacamento nas escolas, conseguimos Lugares de Quadro em 2006.

Em muitas escolas somos, por direito, um Departamento com participação ativa em Conselhos Pedagógicos e outras estruturas das escolas.

Continuamos a fazer ouvir a nossa voz quando prosseguimos, ainda hoje, a exigir a colocação de mais docentes de Educação

Especial e outros técnicos especializados para que se percorra um caminho onde a procura da Inclusão seja a realidade e não uma narrativa ficcionada.

A defesa de uma escola onde todas as crianças e jovens possam exercer o seu direito de pertença e vivenciem uma cidadania ativa continua a ser a nossa bandeira e batalha diária.

Bom trabalho SPGL! ■



DESDE  
**5,10€**  
PREMIO MENSAL POR PESSOA

## O Melhor Seguro de Saúde

Para quem tem ADSE e também para quem não tem!

Saiba mais em

[www.spgl.sabseg.com](http://www.spgl.sabseg.com)

# O futuro do SPGL passa pela continuação da sua presença constante nas escolas



## • Belmira Frenandes

Dirigente do SPGL . Ensino Especial

**A** vida sindical esteve sempre presente no meu percurso familiar, portanto, desde muito cedo, tive oportunidade de contactar com esta realidade.

No início da minha carreira sindicalizei-me no Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), consciente de que pretendia aderir a uma organização com legitimidade para defender os meus direitos laborais e me orientar, sempre que necessário, no meu percurso profissional.

Durante o meu percurso como docente tive necessidade de recorrer ao sindicato para me aconselhar e esclarecer sobre direitos que tinha e que não estavam a ser cumpridos e, por isso, considero que o sindicato é o intermediário por excelência na mediação das relações laborais.

O sindicalismo foi uma das principais conquistas que contribuiu

para o desenvolvimento da democracia.

Segundo Carvalho da Silva, o sindicalismo surgiu com o intuito de organizar a classe trabalhadora, resultando numa enorme conquista dos trabalhadores para lutarem contra as condições de trabalho impostas e pela dignidade e direitos no trabalho.

Vivemos, nos nossos dias, uma conjuntura económica e social muito difícil, marcada pelo desemprego, emprego precário e falta de condições dignas de trabalho. Os sucessivos governos têm vindo a demonstrar um forte desinvestimento na educação e consequentemente na escola pública e nos seus trabalhadores, pondo em causa os direitos adquiridos, com muita luta, ao longo dos anos.

Na minha vida sindical o momento que considero mais negativo consiste no ataque feroz aos sindicatos, mais concretamente à federação de professoras (FEN-

PROF). Todo o trabalho sindical desenvolvido, durante muitos anos, tem sido desprezado e desconsiderado. O “inimigo” parece ter deixado de ser o Ministério da Educação para ser a FENPROF e os sindicatos que a constituem. Para os dirigentes sindicais que trabalham todos os dias para defender os direitos dos docentes, tendo ainda o seu horário para leccionar nas escolas, esta situação é muito dececionante.

Apesar de considerar que poderemos falar numa crise dos sindicatos, são estes que continuam a garantir relações laborais justas, lutando todos os dias para diminuir as desigualdades no trabalho, contribuindo para uma sociedade cada vez mais equitativa.

O futuro do SPGL passa pela continuação da sua presença constante nas escolas, no apoio aos docentes, na luta pelos direitos que nos querem retirar e na defesa de uma escola pública, inclusiva e com qualidade. ■



## Congresso também é forma de luta

Uma das matrizes do SPGL e da FENPROF é a capacidade de articular e fundamentar as reivindicações sindicais no conhecimento pedagógico e científico disponível e atualizado. Trata-se, no fundo, de operacionalizar uma velha consigna que orientou a nossa atividade sindical desde 1974: “nada do que diz respeito à Educação é estranho ao sindicato”. Estatutariamente, não está definida periodicidade fixa para a realização dos Congressos do SPGL que ocorrem, portanto, quando a direção entende que é útil fazê-los. E porque não têm capacidade eletiva, há que aproveitar o tempo para analisar e estudar as questões que em cada momento sejam relevantes na reflexão sobre a Escola e a Educação de modo a que as propostas e as reivindicações ganhem mais força na racionalidade e sustentabilidade do que se defende e exige.

Este 6º Congresso analisa e debate algumas das questões determinantes do momento atual da Educação: a falta de professores e o seu reflexo na qualidade da Escola, a crítica ao atual modelo de gestão e a necessidade de aprofundar a gestão democrática nas escolas, a hiper-escolarização das crianças, e o papel social que é suposto os TEIP desempenharem. E, num registo não menos importante, o papel do sindicalismo na construção da sociedade do futuro e a urgência de uma comunicação sindical que responda à “intoxicação” dos que apostam na menorização do papel dos sindicatos.

E aproveitamos para homenagear quem, com a sua inconfundível voz, esteve sempre presente na luta por uma sociedade mais justa: Adriano Coreia de Oliveira. ■



**Dia 9 de fevereiro**  
(5ª feira)

**09h00**

Receção e registo dos delegados e convidados

**10h00**

Sessão de abertura pelo Presidente do SPGL  
**José Feliciano Costa**

**10h15**

Votação do Regimento de Funcionamento

**10h30**

**Conferência:**

**A falta de professores: causas, consequências e medidas**

• **Manuela Esteves**

*Professora Auxiliar aposentada, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa:*  
**Formação, acesso e exercício da profissão**

• **José Godinho**

*Diretor do AE António Gedeão:*  
**Consequências para a escola**

**11h15 Pausa**



# Quanto mais ricos melhor...

Joaquim Jorge Veiginha

A organização não governamental Oxfam publicou um interessante estudo, significativamente intitulado, «Tax the Rich». Eis alguns dados que podem suscitar uma reflexão crítica:

- 63% de toda a nova riqueza gerada desde 2020, o ano da pandemia, beneficiou apenas 1% da população mundial que se apropriou de 39 biliões de euros, ou seja, 39 milhões de milhões de euros, o que equivale a nada mais nada menos do que 63% do total, deixando uma migalha de 22,9 biliões (37%) para ser repartido pelo «resto do mundo»;

- mais de metade da riqueza criada na segunda década do novo milénio concentrou-se nos mesmos, a um ritmo de 2500 euros por dia;

- as grandes empresas do setor energético e do setor alimentar beneficiaram com o aumento dos preços da energia e dos alimentos após a invasão da Ucrânia pela Rússia, conseguindo obter lucros extraordinários de 286 mil milhões de euros, em 2022, mais do dobro do que realizaram no ano precedente.

Entretanto, a teoria da competitividade fiscal beneficiou claramente os ricos e os muito ricos com a diminuição da progressividade dos impostos diretos. As taxas médias do imposto sobre o rendimento dos mais abastados passou de 58%, em 1980, para 42% nos tempos mais recentes nos países da OCDE, atingindo, em alguns, apenas 31%. Paralelamente, desenvolveu-se a tendência para a redução do número de escalões do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e aumentou o número de países que aplicam um imposto único sobre este tipo de rendimento, de que se destacam os países da Europa de Leste e a Rússia, a que se juntará parcial ou totalmente a Itália do governo de coligação da direita e da

extrema-direita (A Forza Italia de Berlusconi defende uma ‘flat tax’ de 20%, a Liga de Matteo Salvini outra de 15% e o partido Fratelli d’Italia da primeira ministra Georgia Meloni um imposto de 15% sobre o aumento do rendimento de um ano para o ano seguinte).

Por fim, segundo a Oxfam, alguns super-ricos não pagam impostos diretos ou pagam uma parcela irrisória: o novo proprietário do Twitter, o sul-africano Elon Musk, pagou uma taxa real de imposto de cerca de 3% entre 2014 e 2018 e o dono da Amazon, Jeff Bezos, considerado o homem mais rico do mundo, não pagou impostos diretos, em contraste com uma pobre vendedora de farinha do Uganda que, com um rendimento de 74 euros por mês, pagou 29,60 euros, ou seja, 40%. Além disto, todas as tentativas de aplicar uma taxa progressiva aos lucros do capital têm sido rejeitadas em nome de um nivelamento por baixo deste imposto com o argumento falacioso de que é necessário «atrair» investimento estrangeiro. A taxa mínima de 15% sobre os lucros das multinacionais situadas no estrangeiro, aprovada em 27 de dezembro do ano passado pelos 27 Estados-membros da União Europeia, na sequência de um acordo que envolveu 137 países, é manifestamente insuficiente – o prémio Nobel da Economia de 2001, o economista progressista Joseph Stiglitz, defende uma taxa de 25% – para gerar uma verdadeira mudança de rumo. Tal nem equivale sequer às gorjetas que dão durante o ano ou aos seus contributos para as ações de caridade.

A ala mais extremista e radical do neoliberalismo tem-se oposto a todas as formas mais justas de repartição da riqueza social com o argumento peregrino, com origem no economista e sociólogo italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), nomeado senador por

Mussolini, de que estas contrariam o «princípio da eficiência» segundo o qual o «ótimo económico» representa aquele ponto limite em que a condição de, pelo menos, uma pessoa melhor, sem que, pelo menos, a de uma outra piore. Como é fácil de entender, a progressividade fiscal contraria o «princípio da eficiência», pelo que são defendidos, «à outrance», os impostos proporcionais sobre o rendimento.

Mais radical ainda é o prémio Nobel de Economia de 1986, o reacionário James McGill Buchanan Jr (1919-2013). Esta personagem, conselheiro dos irmãos Koch, dois super-milionários de extrema-direita, argumenta que todas as medidas, por mínimas que sejam, que visem restringir as expectativas de riqueza da minoria mais rica em benefício da melhoria das condições de vida da maioria dos cidadãos contrariam o princípio de eficiência pois tal equivale a tributar os «mais ativos», que devem também governar, em benefício dos «passivos» ou «menos ativos», que devem, pelo contrário, sempre ser governados por alguns. Eis a combinação perfeita da teoria das elites e do neoliberalismo económico: melhor é impossível. Acrescenta ainda, na obra “Os limites da liberdade: entre a liberdade e o Leviatã” (1975), que tais medidas são de duvidosa constitucionalidade, pois põem em causa a chamada «justiça comutativa» baseada no contratualismo privado: «Deixadas a si próprias as maiorias podem impor custos discriminatórios às minorias. A regra da maioria sem suporte constitucional pode produzir resultados tão afastados quanto possível da legitimidade contratual.»

Moral: «Que o resto do mundo vá para o diabo desde que eu possa conservar intacta toda a minha riqueza». Edificante. ■



# Esperança é preciso, lutar é imprescindível

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; (...) esperar é construir, esperar é não desistir! Esperança é levar adiante, esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”

Paulo Freire

• Judite Primo<sup>(i)</sup> e Mabel Cavalcanti<sup>(ii)</sup>

**P**ara falarmos de Educação no âmbito da atual Administração Brasileira é necessário aceitarmos que vivemos tempos fraturados, onde a violência e o ódio, convivendo lado a lado num antagonismo crescente, se contrapõe ao amor e à esperança. Importa defendermos o projeto democrático, alicerçado por uma política educativa e cultural que se compromete com o desenvolvimento social e a garantia de direitos.

Desde o último dia 01 de janeiro, com a tomada de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o Brasil acordou com o direito de “esperançar<sup>(iii)</sup>” e reassumiu sua “régua e compasso<sup>(iv)</sup>” para redesenhar e “reimaginar os nossos futuros juntos, num novo contrato social para a Educação <sup>(v)</sup>”.

É vital entendermos o nosso passado mais recente e aceitar que a tarefa de transformação será hercúlea e coletiva. Por isso é importante lembrarmos que no Governo Bolsonaro o Brasil enfrentou uma enorme crise no setor da Educação, com a administração educativa marcada por diversos escândalos, pela instabilidade provocada pela nomeação de 5 ministros e pelos cortes orçamentais. A Política de Educação foi utilizada como aparelho ideológico numa autêntica guerra cultural assinalada pela negligência de seus governantes, por instabilidade ministerial, denúncias de corrupção, perseguição aos professores e o sucateamento dos serviços públicos que atingiu todo o setor, desde o ensino universitário à educação básica. Os últimos 4 anos foram tempos em que o obscurantismo tomou conta da

Educação brasileira, nos quais estudantes, professores, educadores, servidores e funcionários do setor foram destituídos do direito a uma educação de qualidade. Todas as instituições de ensino, das Escolas às Universidades, foram golpeadas pelo projeto de uma educação militarizada e conservadora, fomento de exclusão, preconceitos e desigualdades.

De acordo com o Relatório anual da OCDE de 2021 “Education at a glance 2021”, que considerou em sua pesquisa apenas a educação infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, o Brasil foi identificado como o país que mais tempo ficou com as escolas completamente fechadas em 2020, num total de 178 dias de escolas fechadas, contra 48 dias de média dos países da OCDE. Em abril de 2021 a Unicef publicou um relatório sobre o impacto

da Pandemia da Covid-19 e explicitou que no final do ano letivo de 2020 “5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil<sup>(vi)</sup>”. Entre outras denúncias e alertas, a Unicef indicou que o encerramento de escolas durante a pandemia fez o Brasil regredir duas décadas em matéria de evasão escolar.

Estes dados revelam a urgência de uma nova governação que democraticamente assuma a educação como alicerce para a transformação social, fortaleça um projeto político de educação de qualidade, assegure o direito ao conhecimento e o acesso ao ensino pleno, da educação infantil até ao ensino universitário, reverta o analfabetismo, a evasão escolar e reative os programas de fomento e o apoio à investigação.

É tempo do Estado Brasileiro assegurar uma Política Educativa transversal, que em diálogo com os Estados e Municípios fortaleça um projeto verdadeiramente público e universal, democrático, gratuito e de qualidade, socialmente comprometido com a inclusão e o respeito pelos estudantes, professores e trabalhadores da educação.

Os desafios para que o Brasil volte a assegurar a educação de qualidade e a fomentar o respeito entre todas as pessoas, retomando seu lugar entre os países que dignificam sua população e respeitam os Direitos Humanos, passam pela garantia da educação como pilar essencial da sociedade,

pela construção de um país menos desigual, onde todas e todos tenham acesso ao ensino, que estimule seus educandos e educandas a pensar criticamente e a assumir a cidadania ativa. Alguns dos desafios urgentes da nação brasileira no campo da educação são: assegurar a valorização dos professores; promover a alfabetização; aumentar as vagas nas instituições públicas para a primeira infância; assegurar a participação social na definição das políticas de educação; assegurar a compra e a distribuição de livros didáticos; recuperar os espaços dos estabelecimentos de ensino; assegurar a merenda escolar; restabelecer o diálogo com as universidades; retomar as políticas de inclusão escolar de grupos historicamente excluídos (população negra, pobre e indígena) e retomar a política públicas de investigação científica.

Se assumimos que “a educação muda pessoas e as pessoas transformam o mundo<sup>(vii)</sup>”, precisamos também assumir que neste novo tempo de retomada do processo democrático, onde os desafios e as exigências são enormes, a reconstrução de políticas educativas é uma necessidade nacional. E por isso não é possível desenhar esse novo projeto de contrato educativo social sem nos colocarmos algumas questões: Que mundo estamos construindo? Que cidadania pode ser tecida sem envolver educação e educadores? Que processos de liberdade e humanidade se pode propor se esses não forem oriundos das grandes assembleias educativas, feitas dentro e fora das salas de aula, na grande sala mundo, onde

estamos todas e todos inseridos? Sendo a Educação um ato político emancipatório, é urgente rever que educação queremos para a sociedade que pensamos e tentamos construir. Praxis libertárias contrariam doutrinas excludentes, discursos de ódio, atos contra a dignidade e a democracia. Esta revisão consciente, nos convoca a lutar pelo crítico tecer dialógico; propõe uma educação de humanas práticas e políticas de encontros, onde a vida inclui a luta organizativa, os legítimos movimentos sociais que combatem a desigualdade e promovem, na educação da pergunta, o questionador e desafiante ato educativo e coletivo fomentador da autonomia, da criticidade e da insubmissão, pois a participação consciente é urgente e imprescindível para as transformações necessárias desta nova governança. Lutar é imprescindível. E no contexto atual cada vez mais urgente. É preciso reinventar o mundo, alfabetizar as novas e necessárias redes de humanidades, assegurar o esperar como verbo de ação cotidiana e insistente, maravilhar pela insubmissão dos que se unem por uma sociedade de diferentes em iguais oportunidades de ser e estar. Vamos reaprender o mundo, o Brasil precisa ser relido, rescrito e refeito pelos que lutam e sofrem o peso desses anos turbulentos, onde os extremismos de extrema-direita se agudizaram, desrespeitando os que acreditam e andam nos caminhos da educação como prática da liberdade. ■

(i) Doutora em Educação pela Universidade Portucalense; Investigadora principal FCT CEECIND/04717/ 2017; Titular da Cátedra UNESCO-ULHT “ Educação Cidadania e Diversidade Cultural”; Professora nos programas de Doutoramento e Mestrado em Museologia na ULHT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6953-9851> | E-mail: [judite.primo@ulusofona.pt](mailto:judite.primo@ulusofona.pt).

(ii) Mestre em Políticas Sociais Instituto Superior de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa Graduado em Letras Português pela Universidade de Brasília - UnB (1997). Especialista em gestão de políticas públicas de cultura pela UnB (2008). Coletivo Paulo Freire Portugal, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0971-6243> | E-mail: [mabelinapinheiro@gmail.com](mailto:mabelinapinheiro@gmail.com)

(iii) Conceito formulado pelo Educador Paulo Freire que defende o Esperançar como um verbo de ação, e não a espera. Esperançar como a ação coletiva de para fazer algo com outras pessoas de um modo diferente em prol do coletivo.

(iv) Referência à música “Aquele Abraço”, do cantor e compositor Gilberto Gil, composta em 1969 no período de ditadura civil-militar no Brasil.

(v) Parafrazeando o título do Relatório da UNESCO 82021). “Reimaginar os nossos futuros juntos: um novo contrato social para a Educação”. In.. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707>

(vi) Unicef (2021) Cenário da Exclusão Escolar no Brasil. Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. p.44. In.: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>

(vii) Paulo Freire (1967) Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao\\_pratica\\_liberdade.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf)

# Janeiro de 2023: Um mês de intensas lutas

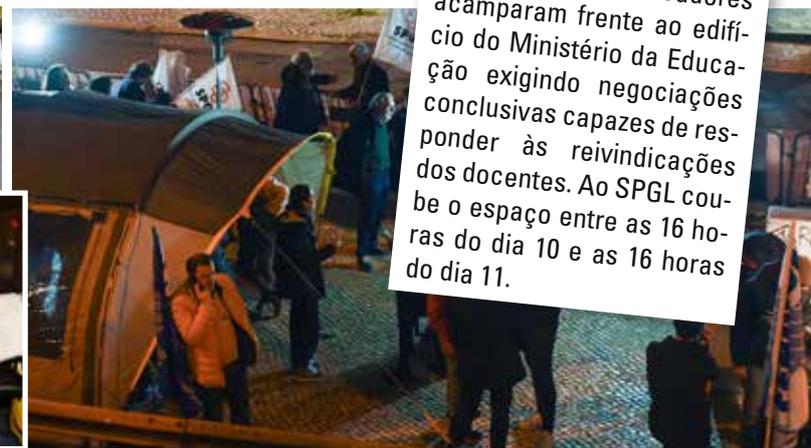
## 3 de janeiro

Uma delegação da FENPROF entregou no Ministério da Educação um abaixo-assinado com cerca de 45000 assinaturas contestando as anunciadas intenções de alteração da legislação de concursos para colocação dos docentes.



## De 10 a 13 de janeiro

Professores e educadores acamparam frente ao edifício do Ministério da Educação exigindo negociações conclusivas capazes de responder às reivindicações dos docentes. Ao SPGL coube o espaço entre as 16 horas do dia 10 e as 16 horas do dia 11.



# 16 de janeiro

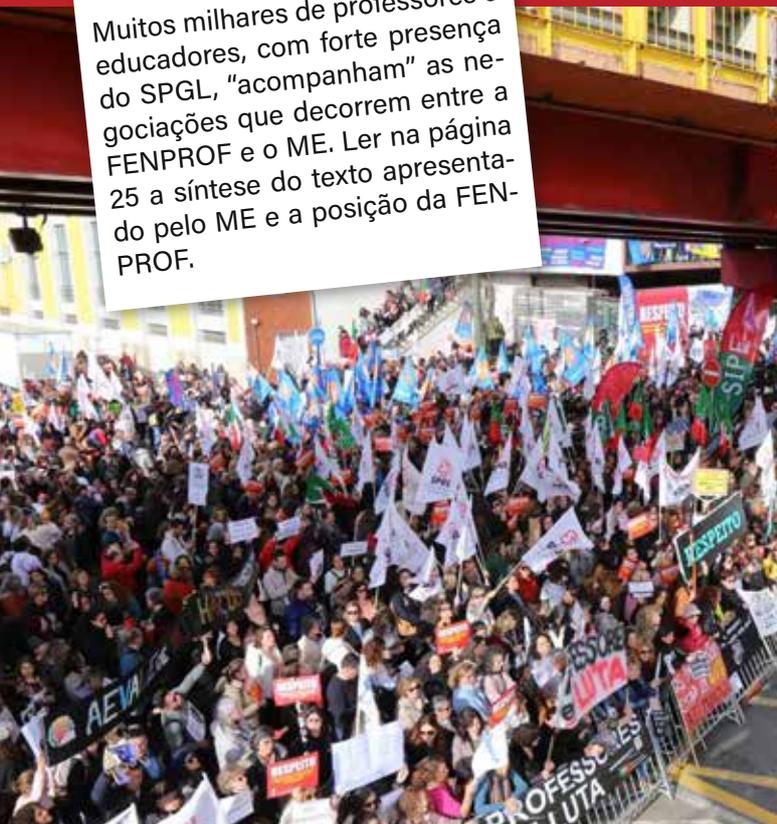


O SPGL inicia no distrito de Lisboa a **greve por distritos** promovida pela FENPROF. Uma greve com muito forte adesão por parte da classe docente e acompanhada por uma concentração no Rossio com distribuição de documentos à população.



# 20 de janeiro

Muitos milhares de professores e educadores, com forte presença do SPGL, "acompanham" as negociações que decorrem entre a FENPROF e o ME. Ler na página 25 a síntese do texto apresentado pelo ME e a posição da FENPROF.



No dia 14 de janeiro, uma ação desencadeada por outra organização sindical juntou milhares de docentes em Lisboa.

# Discutir as “Propostas” entregues no dia 20 de janeiro



Nota: No dia 20 de janeiro, em reunião negocial, o Ministério da Educação entregou aos sindicatos um conjunto de intenções a que chamou propostas. Mesmo não se tratando de “propostas” no sentido restrito do termo (não são ainda projetos de diploma), é importante que os professores e educadores analisem, em reunião nas suas escolas, o que o ME propõe.

O texto integral apresentado pelo ME pode ser consultado nas páginas do SPGL e da FENPROF na Internet.

Fica aqui um resumo do essencial e de uma primeira apreciação do SPGL e da FENPROF, como contributo para a discussão a haver.

## 1.

### Redimensionamento geográfico dos atuais QZP

O Ministério propõe a divisão dos atuais QZP, criando 63 QZP. Embora o efeito desta medida deva ser articulado com outras matérias de colocação dos docentes, a redução da



área geográfico dos QZP é uma medida positiva.

Escreve o ME que “a transição dos docentes dos atuais para os novos QZP será efetuada (...) através de procedimento concursal (...)”.

## 2.

### Crítérios para abertura de lugares de quadro

O ME escreve que “serão abertos lugares de QA/QE correspondentes à totalidade das necessidades permanentes, sendo os QZP reservados para substituições e necessidades não permanente do sistema”.

*A manutenção dos quadros (abandonando a criação de mapas de pessoal) é positiva e o princípio enunciado não merece contestação. Resta saber como e com que “verdade” se estabelecem as “necessidades permanentes”... Inaceitável é a intenção do ME: “a abertura de vagas nos grupos de recrutamento de mais reduzida dimensão será efetuada em lugares de QZP”.*

## 3.

### Vinculação e colocação por graduação profissional

Escreve o ME que “A ordenação de candidatos em todos os concursos interno, externo e de satisfação de necessidades transitórias obedece à graduação profissional e a colocação é efetuada pela DGAE de acordo com as preferências manifestadas pelos candidatos”.

*Nada a opor. Mas o mesmo não pode dizer-se quando o ME escreve que para “introduzir fatores de estabilidade reforçada no acesso à carreira, encurtando o tempo necessário ao ingresso num quadro de AE/EnA e vinculando, para além da norma travão, todos os professores que tenham acumulado 1095 dias de serviço e estejam em exercício de funções com horário completo no ano de abertura do concurso externo”.*

*O ME anuncia que assim vincularia 10500 docentes, e isso seria positivo. Mas ao exigir horário completo no ano de abertura do concurso, o ME cria a lógica do acaso ou da boa sorte:*

perante dois professores ambos com mais de 1095 dias, o que teve horário incompleto no ano anterior mas tem horário completo no ano do concurso vincula; quem teve horário completo nos dois anos anteriores mas tiver horário incompleto no ano de abertura do concurso não vincula, mesmo que tenha mais tempo de serviço. A proposta da FENPROF (concursos de vinculação extraordinários, o primeiro para os professores com 10 anos de serviço e o segundo, no ano seguinte, para professores com 5 anos de serviço) é mais abrangente e evita situações de injustiça relativas.

#### 4. Correção das ultrapassagens

“Para eliminar os fatores de injustiça, designadamente, ultrapassagens nas preferências por lugares de colocação disponíveis na mobilidade interna e em lugares de QZP exclusivamente disponíveis para o concurso externo”, o ME propõe:

- “desconectar as vinculações imperativas, por via da norma travão, do provimento em lugares de QZP e/ou QA/QE;

“Para impedir ultrapassagens, o ingresso na carreira opera-se no quadro de zona pedagógica ao qual pertence a escola em que se encontra em 2022/2023, aí se mantendo, provisoriamente em 2023/2024. A subsequente colocação em QZP ou QA/EnA opera-se através de procedimento concursal, mediante manifestação e graduação profissional. Neste concurso, estes docentes são obrigados a concorrer, para além do quadro de zona pedagógica a que pertence o agrupamento de escolas ou escola não agrupada onde se encontra a exercer funções, a mais 6 quadros de zona pedagógica.”

*Independentemente das dúvidas que esta redação suscita, tal com está é inaceitável por retirar a quem vincula em 2023 o direito a concorrer. Tal como é exagerada a obrigatoriedade de concorrer para 6 quadros de zona pedagógica, além daquele a que pertence a escola em que está colocado.*

#### 5. Conselho Local de Diretores

Ao novo órgão criado pelo ME incumbe a “gestão local de docentes”. “No âmbito da gestão local, as necessidades remanescentes a declarar à DGAE para efeitos de concursos para preenchimento de necessidades transitórias devem, sempre que possível, agregar serviço letivo a prestar em mais do que um AE/EnA, reduzindo ao máximo a incompletude dos horários a preencher”.

*Não se justifica a criação de mais um órgão de administração.*

*Pode aceitar-se a intenção de evitar horários incompletos para docentes contratados, embora seja necessário esclarecer como se processa a acumulação de horas em estabelecimentos diferentes. Inaceitável, porém, é que os docentes de carreira com horários inferior a 12 horas sejam sujeitos também a esta acumulação de horas em outro estabelecimento.*

#### 6. Possibilidade de vinculação em QA/QE

“Todas as vagas de QA/QE sobranças do concurso interno ficam disponíveis para preenchimento em sede de concurso externo, em função de preferências manifestadas e da graduação profissional”

*Nada a opor.*

#### 7. Índices Remuneratórios para Professores Contratados

Escreve o ME: “Serão criados os índices remuneratórios para professores contratados correspondentes aos existentes na carreira em função do tempo de serviço acumulado, até ao limite do índice 205”

*De acordo com a Diretiva 70/CE/1990, não poderá haver discriminação sala-*

*rial dos docentes com vínculo contratual a termo. Não se compreende, por isso, por que razão se limita ao índice 205 (correspondente ao do 3.º escalão da carreira) os índices remuneratórios para professores contratados. Há docentes contratados com tempo de serviço que justifica a sua remuneração por índice remuneratório superior; pelo que deverá prever-se a possibilidade de aplicação de qualquer um dos que correspondem aos dez escalões da carreira. Se os docentes vinculassem quando completam 3 anos de serviço, como defende a FENPROF, esta questão não se colocaria, mas como não é o que decorre da proposta do ME para a vinculação, nenhum índice deverá ser excluído.*

#### 8. Acesso ao 5º e 7º escalões

Escreve o ME: “Por portaria e para o período de vigência da legislatura, serão fixados os contingentes de acesso ao 5º e 7º escalão, correspondendo a 75% e a 58%, respetivamente, dos docentes com tempo de serviço suficiente nos escalões imediatamente inferiores”.

*A FENPROF discorda da existência de vagas para acesso a escalões. E o texto do ME deixa muitas dúvidas: os “exce-lentes” e os “muito bons” estão ou não incluídos nas percentagens propostas? Se estas percentagens incluírem os “exce-lentes” e os “muito bons”, pelos dados recentes quase nada se altera face à situação atual. E como interpretar a expressão “para o período de vigência da legislatura”?*

*E o que diz o texto do ME sobre a recuperação do tempo de serviço? Absolutamente nada!*

*Como nada diz sobre questões presentes na proposta de Protocolo Negocial apresentado pela FENPROF em 8 de agosto de 2022: salários decentes, condições de trabalho sustentáveis, revisão do modelo de avaliação de desempenho, aposentação, gestão democrática, “PREVPAP”, técnicos especializados...■*

## Uma proposta de leitura de *caderneta de lembranças*, de a. m. pires cabral, Tinta da China, 2022

• Paulo Sucena

1. Rainer Maria Rilke, nas *Cartas a um Jovem Poeta*, escreveu, numa delas, «As obras de arte são de uma infinita solidão, e a nada menos acessíveis do que à crítica. Só o amor as apreende, as prende e lhes pode fazer justiça».

*caderneta de lembranças* é uma obra de arte cuja leitura me suscitou, logo na primeira parte das cinco que a compõem, uma profunda empatia, colocando-me assim, ao sobre ela escrever, sob o conselho do poeta de *As Elegias de Duino*. Empatia que nasceu ao confrontar-me com uma poesia plena de frescura, em que uma subtil melancolia por vezes aflora, uma poesia de liberdade e de intransigente questionamento do mais simples ao mais complexo. Poesia imbuída de uma fina ironia e de um humor nunca revestido de acrimónia, mas tão somente, nos casos em que o poeta se coloca ao rés do quotidiano, diria, de uma crueldade sorridente, mas onde o sarcasmo está ausente. Paula Mendes Coelho considera que “estamos perante uma obra de melancólica sageza onde o cinismo não cabe.”

Pires Cabral é um poeta da palavra, cujo silêncio desvela com grande proficiência, mas é também um poeta de Trás-os-Montes, ou melhor, da natureza, da fauna, da flora e do património que o rodeia; por outras palavras, é um espírito aberto ao mundo e à complexidade da vida. Assinalo desde já que Pires Cabral revela grande mestria ao tornar poesia palavras do quotidiano mais comum, como alguém disse algures.

Como a instância produtora do discurso não é estreme, antes está eivada de matérias de várias naturezas, desde a psicológica até às que atrás referi, no caso de Pires Cabral, convirá assinalar *ab initio* que tudo o que se refere a Trás-os-Montes está incrustado

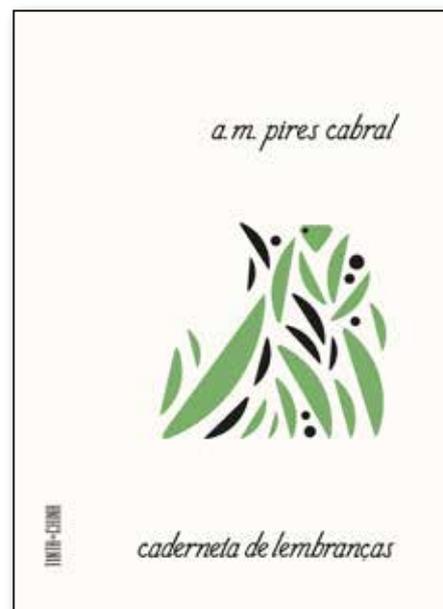
na enunciação e no enunciado deste belíssimo livro sem um resquício de bucolismo, como José Manuel Mendes assinalou. Mais uma razão para o lermos com amor, como Rilke preconizava.

Acrescentaria que *caderneta de lembranças*, para além de questões de poética, tematiza fundamentalmente questões tão essenciais como a inexorável passagem do tempo, a vida e a morte, o modo de alcançar ou não Deus (pela razão ou pelo coração?).

2. *caderneta de lembranças* é constituído por cinco partes: “Regresso a Alpha Centauri”; “Pedra, Madeira e Outros Metais”; “Bestiário com B pequeno”; “Diálogos Apologais”; “Com um Demónio Dentro”.

Vou debruçar-me de um modo mais exaustivo sobre a primeira parte do livro do que sobre as seguintes, porque ela contém muito do que de mais importante *caderneta de lembranças* encerra e logo a qualidade da linguagem desponta de um modo despojado mas inequívoco, em que realço as magníficas epifanias, em termos joycianos, que continuarão a surgir pelo livro fora em que aspectos fragmentários, fugidios apreensões ou inusitados aspectos do foro psicológico co-movem o leitor através da esplêndida linguagem literária de Pires Cabral.

Volvamos então a atenção para os três segmentos que compõem a primeira parte de *caderneta de lembranças*. No primeiro poema, “A UM COMPRI-MIDO HYTACAND” (que título tão longe da poesia, mas que nela tão bem mergulha!) que «mete na ordem por vinte e quatro horas / essa coisa hostil que é a hipertensão», o sujeito poético assume implicitamente o desejo de continuar a viver e a desfrutar as



peripécias da vida, com a consciência de que a vida é uma luta permanente e nesse sentido o poeta assume-se, sem desfalecimentos, como o alcaide «dum velho castelo», um lugar de resistência. Assim diz o poeta: «eu não fui feito para me render».

O poema “CLARÃO” diz-nos que estamos perante alguém que é um cantor da luz, da madrugada, do dia, do gosto de viver e não de um poeta das trevas, do crepúsculo, da noite. Ou seja, estamos perante um modo indirecto de abordar o conatus de que fala Espinosa.

O poema “APOLOGIA DO PERDÃO” preludia outros em que o sujeito poético se dispõe a esquecer perfidias, imposturas, etc. e manifesta a vontade de morrer em paz, dono de uma alma generosa e tolerante.

Para Pires Cabral, em “OS BONS VIZINHOS”, a vida é algo que caminha para o nada ou, se preferirem palavras do poeta, os que deixámos cá «vão-se habituando à nossa ausência / - tal como nós nos esquecemos deles / porque fomos esbulhados da memó-

ria». Estaremos porventura próximo do pensamento de Espinosa quando diz que a morte tem sempre causas externas. Mas entre a vida e a morte, algo de muito importante impulsiona o poema, provindo de um sopro divino de um deus neurastênico em momentos de enfado.

Isto diz Pires Cabral no poema que dá o título à primeira parte do livro, acrescentando que aquilo que o move é regressar a Alpha Centauri para se poder ver livre do intranquilo rio da vida onde ora mata a sede, ora se lava, mas onde por vezes morre afogado. Eis o poeta a não aceitar o enfraquecimento do *conatus* de Espinosa.

Momentos há, porém, na vida, que o poema “SILÊNCIO” traduz, em que tudo o que o poeta deseja é o silêncio e o seu bálsamo, mas nunca o silêncio decretado por uma autoridade (divina que seja), mas sim

O silêncio que ambiciono há-de ser sereno como nuvens e ervas bravas e águas em repouso e asas imóveis de borboletas.

Há-de ser como o doce cansaço que, depois que o vento tem passado, fica a cintilar sobre as coisas que o vento alvoroçou.

O silêncio é assim, ao mesmo tempo, um bálsamo e um agente produtor de poesia, um libertador da palavra e do seu próprio ruído. Como alguém escreveu, “o poeta serve-se da palavra não para a subjugar, nem mesmo para lhe desvelar um sentido oculto, mas para lhe libertar o silêncio aprisionado antes de a libertar a ela própria” (Elie Wiesel). E Pires Cabral fê-lo com inegável mestria.

Temos uma janela aberta para a leitura do poema final da primeira das cinco partes de *caderneta de lembranças*. Na verdade, “A GRANDE ESFERA FINAL” fala-nos da vida que se vai consumindo no inexorável caminhar para a morte (apesar da metáfora do castelo), essa «grande esfera final» «onde deixaram de caber rituais de guerra / mas apenas silêncio, paz, serenidade e algumas ervas cheirosas». A morte não existe, diria Espinosa, é apenas um outro arranjo das coisas. Pires Cabral di-lo ao seu modo nos

belíssimos versos que acabo de citar.

Acrescento uma breve nota ao segundo segmento da primeira parte, porque a temática da vida e da morte por ela perpassam ainda que de forma diferente ou não fosse riquíssimo o imaginário de Pires Cabral que se ajusta às palavras de Pierre Reverdy: «Quanto mais as relações entre as duas realidades forem longínquas e justas, mais a imagem será forte».

No poema “ALGUNS DOS MESES”, o sujeito poético avisa-nos de que «Janeiro não é de confiar». «Janeiro manda-nos a neve e a geada / para que brinquem connosco à cabra-cega / na esperança de nos ver, no ardor do jogo, / cair desamparados (...)». «Quem deu a Janeiro tais máquinas, / tão longo catálogo de facas, / tão certa pontaria com que nos crava / na carne as facas e na alma / as máquinas?». Depois, diz o poeta, vem Abril que fecha os portões do Inverno, traz as primeiras flores do campo, «põe em movimento as searas, / como rebanhos verdes que sobem a encosta / em busca de mais cores.». «Abril chama por mim como / nenhuma outra voz».

O segundo segmento da primeira parte de *caderneta de lembranças* termina com o “Sexteto de Novembro”, o mês que traz até ao poeta a poesia que Mahler musicou de que destaque “Canções sobre a morte de crianças”, com o título escrito no original alemão, porventura para assim colocar o poema mais próximo do nome do bárbaro campo de concentração nazi onde tantas crianças foram assassinadas.

Novembro, e o poeta não o diz por acaso, antes pretende que o leitor note que Novembro começa com N, tal como «Náusea. Noite. Negação». Tudo o que o poeta não ama. (Lembramos o poema em que ele deixa a luz aberta toda a noite.) Ele ama a luz, a alegria, a afirmação serena da natureza e a vida, ao contrário de Novembro que facilita a tarefa da morte.

A primeira parte de *caderneta de lembranças* termina com um segmento intitulado “SAMARCANDA”, em que o tema da morte de novo aflora.

Diz o poeta que quem ama a vida não vai a Samarcanda «cidade em que a luz / facilmente se degrada em trevas» (o poeta sempre fiel a si mesmo!), cidade que não é mais do que a «passerelle da Senhora Morte» e «nos tapa o caminho

de voltar a casa», porque a Morte «é mestra consumada a driblar / os que pensam driblá-la». Por isso, eu diria deixem Samarcanda para os *touristes* (os que andam à volta de) onde poderão «comprar tapeçarias / bordados, sedas, postais ilustrados, / sugestões de noites com Xerazade / por companhia / lufadas de vento do Corão» e ouçam a proclamação do poeta: «Mas que ninguém vá a Samarcanda / cuidando dessa forma protelar a Morte».

3- Atendendo à economia do texto, ousado, numa síntese que é sempre empobrecedora, afirmar que a segunda parte de *caderneta de lembranças*, que integra nove poemas, entre os quais destaco, “A PIETÀ DE MOGADOURO”, “O CRAVELHO” (“reparem como no cravelho/ a parte fixa forma com a parte móvel/ uma cruz.”), “ESCALEIRAS DE GRANITO” (“que continuam lá, desafiando/tamancos de outras tantas gerações” porque a sua estrutura é de granito e “perdurar/está-lhe na massa do sangue”), “ESPIGUEIRO” que abre com uma admirável estrofe (“sacra arca aérea/lavrada em pedra e madeira/desafiando as contingências:/a chuva e o vento e os grandes/calores de agosto”) e um poema de implacável ironia, “O FAMOSO POIAL DE MIRANDA DO DOURO”, tal como a terceira e quarta partes, cuja substância poética, apesar de ser de natureza diversa, como é de forma inequívoca a quarta parte - “Diálogos apoloiais” – em que o poeta, servindo-se do antropomorfismo, constrói diversos diálogos desde o louva-a-deus e a borboleta até às rãs e libelinhas, com o objetivo de alegoricamente oferecer ao leitor uma lição ou ensinamento moral, por vezes atravessado por um complexo humor, são uma visão diversificada e singular do património natural e construído, da fauna e da flora transmontana que me trouxeram à memória a fase do percurso poético de Rainer Maria Rilke, aquela em que o poeta sofreu a influência de Rodin e de Cézanne, como Paulo Quintela assinala, que o próprio poeta designou como *Werk des Gesichts*, “obra da visão”.

Paulo Quintela, ao referir-se a esta fase de produção rilkiana, considera que «estamos em face de uma poesia puramente objectiva, em que o poeta se transpõe completamente para dentro das coisas, nelas mergulha e com elas

se identifica, para as exprimir imediatamente, como que iluminadas por dentro». Tudo é coerente em Pires Cabral. Aqui temos o poeta e a natureza, mais adiante será o poeta e Deus. E volta-nos à memória a *Ética de Espinosa*, em que o filósofo considera que Deus e natureza são o mesmo.

Cito Quintela, com a consciência clara das diferenças de construção poética de Rilke e Pires Cabral e os recursos estilísticos usados pelos autores, mas com a honesta convicção de que as palavras de Paulo Quintela se aplicam também com justiça à substância poética de *caderneta de lembranças*.

4. A última parte de *caderneta de lembranças* – “COM UM DEMÓNIO DENTRO” –, a mais longa, a mais complexa e profunda, é composta por três segmentos. Esta parte, percorrida por uma forte corrente metafísica, talvez encontre no último título uma abertura para um dos seus parâmetros essenciais “SENTIMENTOS MISTURADOS” (escrevendo o título em português).

Esta quinta parte, que tem como implícito exórdio a afirmação de Zaratustra «Deus morreu» (*Gott ist tot*), depois negada, é entrelaçada ora por um mais explícito ora menos explícito diálogo múltiplo com Deus. O primeiro poema inclui-se na segunda hipótese, porque o poeta está mais voltado para não pôr em Deus «os devaneios do costume» e pô-los «em qualquer das coisas de somenos / que te passam ao lado». Estamos perante um poeta *underdog* que sabe que será sempre um perdedor naquele confronto. Ele o confessa «eu, nas nossas disputas / o *underdog*». Um poeta que, cansado da própria solidão, ambiciona uma colisão divina: «Senhor (...) / tudo o que desejo é colidir contigo. / Pode ser uma vez única, / mas essa vez tem de ser definitiva e grande. / E depois venha o que vier». Adiante acrescenta: «Senhor, (...)», depois da colisão, «manda alguém / recolher os destroços de mim. (...) E guarda-os contigo. / De preferência à tua mão direita». Este diálogo com Deus sofre de súbito perturbações. Diz o poeta: «Acho que nasci com um demónio dentro (...). Os poemas mais rascantes, / os mais provocatórios e imperdoáveis / (...) é ele, o meu demónio residente, / que mos dita e, à minha revelia / obriga a escrever». Porém,

no poema “UM DEUS LATERAL”, o poeta não nega que «em momentos de aperto, / esqueço os agravos que te faço / e peço-te mansamente ajuda. (...) E nunca me esqueço de te agradecer». E de súbito surge-nos um poema em forma de oxímoro. «No dia em que houver uma palavra / saída da tua boca e / inequivocamente dirigida a mim – (...) –, nesse dia beberei meia garrafa de whisky (...) e os antídotos para os ataques de fê».

Como vimos mostrando, esta última parte de *caderneta de lembranças* está repleta de contradições e de afirmações agora peremptórias para logo revelarem um inegável grau de incerteza, como acontece na epígrafe de Rainer Maria Rilke, no poema “UMA COISA É DEUS”, que traduzo: «Eu ainda sou o mesmo, que receoso, / às vezes te pergunto, quem és tu?». Dúvida que parece Pires Cabral não resolver: «Quanto mais liberto me sinto de ti / tanto mais os meus passos / me levam para ti». Tendo em conta o conceito de isotopia de Greimas (*Communications*, nº 8), ou seja, a procura de um «conjunto redundante de categorias semânticas que torna possível a leitura uniforme... (...), resolução guiada ela própria pela busca de uma leitura única», tal não a encontraremos no conjunto de poemas cujo tema é Deus. Mais acertado será considerar a existência de duas isotopias, uma em que a ideia de Deus ilumina a palavra poética e outra em que essa ideia é escotomizada.

Até que num dos mais belos poemas do livro – “LITIGANTE DE MÁ FÉ” –, o poeta murmura: (...) «toma bem nota, / porque só vou dizer isto uma vez: / Eu amo-te, ouviste?, amo-te muito».

Aproximo-me do fim da proposta de leitura de *caderneta de lembranças*, livro de profunda humanidade, convocando Espinosa para reforçar aquilo que fui deixando aqui e ali do pensamento do autor do *Tratado Teológico-Político*.

Efetivamente, a segunda, a terceira e a quarta partes de *caderneta de lembranças* demonstram não só o que já escrevi como reforçam, a meu ver, no seu todo, o pensamento de Espinosa que a partir de dada altura me esteve sempre presente na leitura da poesia de a. m. pires cabral e me serviu de apoio no trabalho hermenêutico do poema

“LITIGANTE DE MÁ FÉ”. Para Espinosa, tudo é uma única substância, infinita e livre. Chama-lhe Deus e também Natureza e todas as coisas são modos de Deus. Dito de outro modo, Deus não existe fora das coisas. Espinosa recusa a sua transcendência. Deus é imanente. Deus é perfeito e por isso não pensa. Quem pensa são os humanos (seres imperfeitos), como o hipericão sabe e o diz no primeiro poema da quarta parte de *caderneta de lembranças*: “«Estes poetas/têm sempre resposta para tudo, como se não lhes bastasse terem sempre/perguntas para tudo»”. Tomando poetas como sinédoque de humanos, diria que o propósito fundamental destes será o *conatus espinosista*, o esforço de existir, de persistir na vida e vivê-la o mais rigorosa e intensamente possível, daí a necessidade do infatigável trabalho de formular perguntas e procurar respostas.

Cuido que este brevíssimo afloramento à *Ética de Espinosa* contribuirá para justificar, a meu ver, a razão pela qual o pensamento deste filósofo perpassa pela poesia de a. m. pires cabral e contribuiu para desvelar a mais bela e por vezes pungente substância que dela ressuma – a busca de si próprio e também do significado do que na natureza existe, cuja perscrutação nos permite dizer que o segredar do poeta a Deus «eu amo-te, ouviste?» «Amo-te muito», se poderá estender à natureza e ao que nela existe. O modo como ambas as atitudes se enlaçam fazem de *caderneta de lembranças* um livro admirável.

Concluo esta proposta de leitura de *caderneta de lembranças* com a convicção de que o poeta encontrou o melhor modo de encerrar o livro deixando, na sua última parte, tombar o cravelho do silêncio da poesia, que António Ramos Rosa considera “uma comunicação essencial com o desconhecido ou indizível”, sobre o inextricável silêncio de Deus. Se a parte fixa do cravelho forma com a parte móvel uma cruz, cruz “que é fiável (...) / a mostrar o caminho mais direto e mais seguro / por onde o homem pode, / chegada a sua hora, bater em retirada.”, cabe aos leitores decifrárem. ■

O autor escreve segundo o anterior acordo ortográfico.



# JORNADAS PEDAGÓGICAS

## 2023

### DIREÇÃO REGIONAL DE LISBOA

Inscrições e Regulamento em <https://www.spgl.pt/jornadas-pedagogicas-dr-lisboa-2022-2023>

ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Nº	Ação	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local	Nº Part.
1	Excel(a) (*)	Gil Carvalho	Todos	23, 25 e 30 de janeiro (2ª e 4ª feiras)	17h00 às 19h00	Online	35
2	“Creche e Direitos das Crianças: Políticas e práticas pedagógicas”	Catarina Tomás	Pré-Escolar	27 de janeiro (6ª feira)	14h30 às 16h30	<b>ANULADA</b>	35
3	Igualdade de Género em Contexto Escolar	Manuela Tavares	Todos	01 de março (4ª feiras)	16h00 às 19h00	Sede SPGL	25
4	Teatro em Sala de Aula(a) (*)	Marcos Pinheiro	Todos	07, 14 e 21 de março (3ª feiras)	16h00 às 19h00	Sede SPGL	15
5	“O contributo do oceano para a sustentabilidade do planeta”(*)	Fernando Reis	Todos	22 e 29 de março (4ª feiras)	16h00 às 19h00	Sede SPGL	25
6	Get Them Talking! - A promoção da oralidade nas aulas de Inglês do 1.º ciclo	Ana Oliveira	1º Ciclo grupo 120 - Inglês	19 e 26 de abril (4ª feiras)	16h00 às 19h00	Sede SPGL	25
7	Oficina de Cerâmica no Atelier do Ceramista(*) (b)	António Vasconcelos Lapa <a href="http://www.avlapa.com">www.avlapa.com</a>	Todos	19 de maio e 2 de junho	14h00 às 18h00	<b>ESGOTADA</b>	8

Nota: O link de acesso para as ações online será enviado aos inscritos posteriormente, mais próximo da data da ação.

(a) Ação de Formação de Curta Duração (ACD), (6h) ao abrigo do Despacho 5741/2015 de 29 de maio, para efeitos de progressão da carreira docente.

(b) Valor total a pagar: 28,50€ (inscrição e materiais).

(\*) Nas ações desdobradas o certificado de participação será entregue no último dia.

VISITAS

Nº	Visita	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local de encontro	Nº Part.
8	Museu 3D e Casa Museu Medeiros e Almeida (1)	Técnicos locais	Todos	21 de janeiro (sábado)	10h00 às 17h00	Museu 3D (Av. Miguel Bombarda, 91 - Lisboa)	25
9	“Água, Pão e Vinho” (2)	Inez Marques	Todos	22 de abril (sábado)	10h00 às 18h30	Museu da Água (Rua Alviela,12)	30
10	“Rota Literária Irene Lisboa “Voltar atrás para quê?” (3)	Paulo Câmara	Todos	11 de março (sábado)	09h30 às 13h00	Chafariz Pombalino (R. Cândido dos Reis 104) junto à Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos	25
11	Teatro - “Woyzeck” (4)	A Comuna	Todos	17 de março (6ª feiras)	19h00 às 23h00	Teatro da Comuna (Praça de Espanha - Lisboa)	40
12	Um dia no coração do Baixo Alentejo (5)	Francisco Janeiro	Todos	25 de março (sábado)	07h30 às 20h00	Entrada principal do ZOO	40
13	Castelo de Vide e Marvão (6)	Inez Marques	Todos	20 de maio (sábado)	07h00 às 21h00	Entrada principal do ZOO	40
14	Tarde e noite de Lua Cheia (7)	Técnicos locais e José Veloso	Todos	03 de junho (sábado)	15h00 às 23h00	Entrada principal do ZOO	40

**Inscrição por cada Jornada:** Sócios do SPGL ou de outros Sindicatos da FENPROF - 3,50€; Não Sócios - 26€.

(1) Valor total a pagar: 21,50€ (inscrição, visita guiada) – Almoço livre.

(2) Valor total a pagar: 15,00€ (inscrição, entradas no museu e audioguias) – Almoço livre.

(3) Valor total a pagar: 3,50€ (inscrição) – Almoço facultativo.

(4) Valor total a pagar: 18,50€ (inscrição, jantar e teatro)

(5) Valor total a pagar: 48,50€ (inscrição, transportes, prova de vinho, almoço, e visita)

(6) Valor total a pagar: 43,50€ (inscrição, transportes, almoço e visita)

(7) Valor total a pagar: 39,50€ (inscrição, transportes, visita guiada e jantar). Caminhada dificuldade fácil. Deve levar roupa e calçado apropriado para a caminhada.

Notas:

• O acompanhante nas visitas paga o mesmo que o sócio.

• Devido à instabilidade económica que se faz sentir o custo das refeições/transporte poderá vir a sofrer alterações.

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

# Aos SÓCIOS

## Contacte-nos



SPGL  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
●Tel: 213819100  
●Fax: 213819199  
●spgl@spgl.pt  
●Direção: spgl@spgl.pt  
●www.spgl.pt

**Serviço de Apoio a Sócios**  
●TEL: 21 381 9192  
●apoiosocios@spgl.pt

**Serviço de Contencioso**  
●TEL: 21 381 9127  
●contencioso@spgl.pt

**Serviços Médicos**  
●TEL: 21 381 9109  
●servmedicos@spgl.pt

**Serviços (seguros, viagens, etc.)**  
●TEL: 21 381 9100  
●servicos@spgl.pt

**Centro de Documentação**  
●TEL: 21 381 9119  
●fenprof@fenprof.pt

**Direção Regional de Lisboa**  
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100 Fax: 213819199  
drlisboa@spgl.pt

**Direção Regional do Oeste**  
●Caldas da Rainha  
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-  
329 Caldas da Rainha  
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:  
caldasrainha@spgl.pt  
●Torres Vedras  
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,  
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:  
torresvedras@spgl.pt

**Direção Regional de Santarém**

●Abrantes  
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B  
2200-397 Abrantes  
Tel: 241365170 Fax: 241366493  
abrantes@spgl.pt  
●Santarém  
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-  
232 Santarém  
Tel: 243305790 Fax: 243333627  
santarem@spgl.pt  
●Tomar  
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:  
tomar@spgl.pt  
●Torres Novas  
R. Padre Diamantino Martins,  
lote 4-Loja A  
2350-569 Torres Novas  
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:  
torresnovas@spgl.pt

**Direção Regional de Setúbal**

●Setúbal  
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218  
Setúbal  
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:  
setubal@spgl.pt  
●Barreiro  
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336  
Barreiro  
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:  
barreiro@spgl.pt  
●Almada  
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A  
2800-015 Almada  
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:  
almada@spgl.pt

## Atualização das pensões do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente

Portaria n.º 24-B/2023 de 9 de janeiro

As pensões estatutárias e regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral de segurança social (SS) e as pensões de aposentação, reforma e invalidez do regime de proteção social convergente (CGA), atribuídas **anteriormente a 1 de janeiro de 2022**, são atualizadas pela aplicação das percentagens no quadro 1.

As pensões de invalidez, velhice e sobrevivência do sistema de segurança social e das pensões de aposentação, reforma, invalidez e sobrevivência do regime de proteção social convergente, correspondente à atualização extraordinária prevista no artigo 103.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, bem como o complemento extraordinário das pensões de mínimos de invalidez e velhice do sistema de segurança social e das pensões de mínimos de aposentação e reforma do regime de proteção social convergente são atualizadas pela aplicação da percentagem de 4,83%. As atualizações podem ser lidas em <https://files.dre.pt/1s/2023/01/00601/0000300011.pdf>

Esta **atualização das pensões** ficou muito longe do esperado, violando o regime de atualização das pensões previsto na Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, não havendo, na prática, um aumento real das pensões, uma vez que os aumentos não acompanham a reposição do poder de compra dos pensionistas ficando muito abaixo da inflação real.

Assim, continuaremos a exigir aumentos reais das pensões e um aumento extraordinário das pensões mais baixas que reponham o poder de compra perdido. ■

QUADRO 1

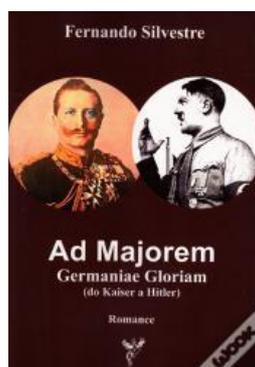
Valor da Pensão	Percentagem	Valor Mínimo - Máximo
≥ 278,05€ a ≤ 960,86€	4,83%	13,43€ - 46,40€
> 960,86€ a ≤ 2882,58 €	4,49%	46,41€ - 129,42€
> 2882,58€ a ≤ 5765,16€	3,89%	129,43€ - 224,26
> 5765,16€	-	-

## “O Meu Livro Quer Outro Livro”

No dia 11 de janeiro de 2023, o Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL realizou a ação do projeto “O Meu Livro Quer Outro Livro” com a apresentação do romance “**Ad Majorem – Germaniae Gloriam (de Kaiser a Hitler)**” com a presença do autor Fernando Silvestre.

Neste romance, **Fernando Silvestre** contou-nos o caminho percorrido pela Alemanha, entre Kaiser e Hitler, isto é, entre os últimos anos do século 19 até maio de 1933, mês em que, no dia 10, foram queimadas em praça pública, em Berlim e outras várias cidades da Alemanha, as obras de escritores alemães considerados inconvenientes ao regime nazi de Hitler a fim de fazer uma “limpeza da literatura”.

A ação decorreu com grande entusiasmo, em que os presentes demonstraram quer o conhecimento geral sobre a política alemã quer a curiosidade sobre episódios das guerras, com questões colocadas ao autor que, por sua vez, demonstrou um largo conhecimento sobre os assuntos que foram surgindo e debatidos durante a sessão. ■



## Eleição dos Delegados do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL ao 6º Congresso

Realizámos na terceira semana de janeiro a eleição dos delegados aposentados para participarem no 6º Congresso do SPGL.

Realizámos 4 plenários regionais onde foram votadas as listas que se apresentaram: a lista A com o lema “Por uma Aposentação Digna”, a lista B com o lema “Envelhecimento e Aposentação Dignos com Direito aos Direitos” e a lista C com o lema “Autonomia Sindical/ Devolver o poder aos Professores”. Em Lisboa concorreram as três listas, tendo a lista A eleito 12 delegados, a lista B 7 e a lista C 1.

Nas outras regiões apenas concorreram as listas A e B, assim distribuídos:

Região do Oeste - lista A 3 delegados e B 0.

Região de Setúbal – lista A 3 delegados e B 3.

Região de Santarém – lista A 1 delegado e B 2.

No total a lista A elegeu 19 delegados, a lista B 12 delegados e a lista C 1 delegado.

Estes são os delegados aposentados que representarão 1939 sócios aposentados do SPGL e garantirão que o Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL participará em todas as ações e lutas planeadas pelos docentes no ativo e continuará a desenvolver as lutas por pensões justas e anualmente aumentadas, pela melhoria dos serviços de saúde, nomeadamente com a criação de serviços especializados em geriatria nos centros de saúde e por programas nacionais e locais de atividades culturais e de lazer que combatam a solidão e a exclusão social.

## Legislação

### I Série

#### • Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022

Determina a transferência, a partilha e a articulação das atribuições dos serviços periféricos da administração direta e indireta do Estado nas comissões de coordenação e desenvolvimento regional

#### • Portaria n.º 298/2022

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS)

#### • Decreto-Lei n.º 84-F/2022

Aprova medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas

#### • Portaria n.º 303/2022

Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2022-2023

#### • Portaria n.º 304/2022

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, que regulamenta as condições específicas de concretização da medida da gratuidade das creches

#### • Portaria n.º 305/2022

Procede ao alargamento da aplicação da medida da gratuidade das creches às crianças que frequentem creches licenciadas da rede privada lucrativa

#### • Lei n.º 24-A/2022

Procede à alteração do regime jurídico das autarquias locais, aprofundando o regime das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais

#### • Lei n.º 24-D/2022

Orçamento do Estado para 2023

#### • Declaração de Retificação n.º 1-A/2023

Retifica a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2023

#### • Portaria n.º 9/2023

Determina a forma de cálculo das transferências financeiras do Fundo de Financiamento da Descentralização para o exercício, pelos órgãos das autarquias locais, da competência relativa ao transporte de alunos com necessidades específicas individuais

#### • Portaria n.º 10/2023

Determina a fórmula de cálculo das transferências financeiras do Fundo de Financiamento da Descentralização para o exercício, pelos órgãos das autarquias locais, da competência relativa ao financiamento das despesas com a aquisição de equipamentos utilizados para a realização das atividades educativas

#### • Portaria n.º 23/2023

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro, que regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos centros especializados em qualificação de adultos

#### • Portaria n.º 24-A/2023

Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2023

#### • Portaria n.º 24-B/2023

Procede à atualização anual das pensões para o ano de 2023

#### • Portaria n.º 24-C/2023

Determina os coeficientes de revalorização das remunerações anuais das pensões do ano de 2022

#### • Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023

Aprova o Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030

### II Série

#### • Despacho n.º 14837-E/2022

Estabelece os critérios de definição de falta de oferta de vagas gratuitas da rede social e solidária

#### • Despacho n.º 583/2023

Autorização de lançamento de avisos de abertura de candidaturas para financiamento da rede de Centros Qualifica no ano de 2023

#### • Despacho n.º 702/2023

Homologa as Aprendizagens Essenciais da componente de currículo/disciplina de Matemática do Ensino Secundário inscrita na matriz curricular base dos Cursos Científico-Humanísticos e Ensino Profissional, constante dos anexos vi e viii do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

#### • Despacho n.º 865/2023

Aprova a tabela de custas em processos de contraordenação da competência da Inspeção-Geral da Educação e Ciência



Esta exposição acontece pela primeira vez em julho de 2022, por solicitação da Galeria Municipal da Nazaré - Paul Girol.

#CHAMEMAPROFESSORA, é um conjunto de ilustrações que têm início em 2019 e que têm vindo a ser publicadas no Instagram.

Ilustrações que são apontamentos, esboços, notas, memórias, pausas, desabaços, risos do meu quotidiano, digo, do quotidiano da boneca.

A pandemia, a ironia e o desencanto da boneca são desenhados e redesenhados em múltiplos formatos, numa tentativa de se tornarem presentes a quem os vê – quer pelas situações contadas, quer pelas dimensões, que oscilam entre os pequenos formatos de memórias apontadas ,até ao formato de escala real que são presença/volume num espaço elaborado.

Isabel Carvalho



ESPAÇO António Borges Coelho  
(Galeria SPGL)



## EXPOSIÇÃO ISABEL LEITE #chamemaprofessora

...se eu fosse um desenho seria assim, irónica e (des)encantada.



EXPOSIÇÃO PATENTE ATÉ 23 DE FEVEREIRO DE 2023

## Reserva de recrutamento

**D**ando sequência ao quadro legal tutelado pelo Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de julho, alterado pelo D.L. 83-A/2014, de 23 de maio, a presente rúbrica vai ter como temas a matéria relacionada com a “Reserva de Recrutamento” e a “Contratação de Escola” reguladas, respetivamente, pelos artigos 36º e 37º do referido diploma legal. As supra indicadas matérias vão incidir, respetivamente, sobre a “Constituição de Reserva” e o respetivo “Procedimento”.

No que respeita à primeira, o legislador vem determinar que, na mobilidade interna, os candidatos que se encontram na 1ª prioridade (docentes de carreira a quem não é possível atribuir, pelo menos, seis horas de componente letiva) e os de habilitação profissional para a docência, mediante celebração de contrato de trabalho a termo resolutivo integram a reserva de recrutamento, “... *com vista à satisfação de necessidades transitórias, em horários temporários surgidos após a contratação inicial*”.

Por sua vez, aos docentes de carreira, colocados no âmbito dos concursos de recrutamento é aplicável o nº 4 do artigo 28º do diploma em questão que determina que a respetiva colocação se mantém “... *até ao limite de quatro anos, de modo a garantir a continuidade pedagógica, se no agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas em que o docente foi colocado, até ao final do primeiro período um horário anual subsistir componente letiva com a duração mínima de seis horas.*”

No que respeita aos candidatos à contratação de escola a lei determina que, tendo sido colocados, **os docentes são retirados da situação de reserva de recrutamento.**

Os procedimentos relacionados com a referida reserva de recrutamento encontram-se tutelados no artigo 37º do diploma legal supra identificado e são os seguintes:

a) Os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas devem, para aceder ao grupo de recrutamento em questão a uma aplicação informática da DGAE, de forma a introduzir o respetivo grupo de recrutamento, o número de

horas relativas ao horário a atribuir e a duração prevista da colocação;

b) A seleção dos candidatos deve respeitar o conteúdo das alíneas a), d) e e) do artigo 26º do diploma em questão;

c) Os docentes que se encontrem na 1ª prioridade na situação a que se reporta a a) do nº 1 do artigo 28º deste mesmo diploma (1ª prioridade - docentes de carreira a quem não é possível atribuir, pelo menos, seis horas de componente letiva) podem ser colocados em horários completos e incompletos “... *de duração igual ou inferior a um ano escolar, até ao final do correspondente ano letivo*”;

d) A colocação dos candidatos a que se reporta este preceito legal é concluída em 31 de dezembro de cada ano;

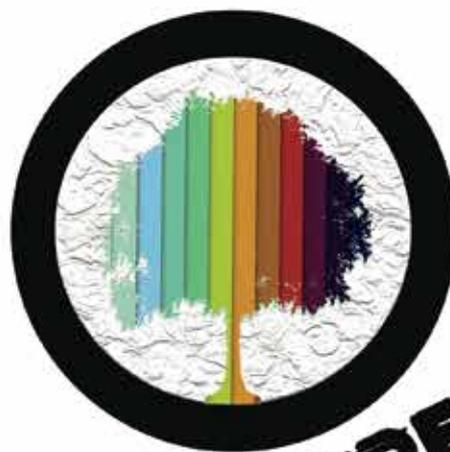
e) Os candidatos a que se reportam as alíneas e) e d), cuja reserva caduque, são obrigadas a regressar à reserva de recrutamento para obter nova colocação;

f) O regresso dos docentes fica dependente dos seguintes requisitos: à indicação pelo agrupamento do fim da colocação e ao interesse manifestado pelos candidatos para voltarem a ser contratados;

g) No caso do pessoal docente de carreira que regressa à reserva de recrutamento, os mesmos mantêm-se no agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas da última colocação até obterem uma nova colocação;

h) No caso de serem colocados, a aceitação pelo docente é efetuada, por via informática, até 48 horas correspondentes aos dois primeiros dias úteis após a respetiva colocação;

i) No caso da não aceitação da colocação, esta ficará sem efeito e determina a anulação da colocação obtida pelo docente, a instauração de um processo disciplinar com vista à demissão ou despedimento e ainda a inviabilidade de exercer funções docentes nesse ano. Para quaisquer esclarecimentos adicionais poderão os sócios do SPGL recorrer ao Gabinete de Apoio a Sócios e aos serviços jurídicos do mesmo. ■



**CONGRESSO**  
9 E 10 DE FEVEREIRO 2023



**SPGL** O SINDICATO  
DO PRESENTE E DO FUTURO  
**A ESCOLA E OS PROFESSORES  
NO SÉCULO XXI**



SPGL . SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

MEMBRO DA FENPROF , [www.spgl.pt](http://www.spgl.pt)

